

2011

EDIÇÃO 33  
JULHO/AGOSTO

R\$10



# BRASIL SUSTENTÁVEL

Impresso Especial  
9912224192 3/8 - DR/RJ  
CEBDS  
...CORREIOS...

UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



## RIO CIDADE SUSTENTÁVEL

CONHEÇA O PROJETO QUE VAI  
LEVAR A SUSTENTABILIDADE  
PARA O DIA-A-DIA DOS  
MORROS CARIOCAS

## MARKETING VERDE

CONAR APERTA O  
CERCO À PROPAGANDA  
DE FALSOS ATRIBUTOS  
SOCIOAMBIENTAIS

# O PODER DAS FLORESTAS

POR QUE EXPLORAR AJUDA A CONSERVAR



**TÃO IMPORTANTE  
QUANTO SABER  
FAZER UM PNEU  
É SABER DESFAZER  
UM PNEU.**

É com esse pensamento que a Goodyear há 13 anos trabalha como associada da ANIP (Associação Nacional das Indústrias Pneumáticas), com o objetivo de dar destinação correta aos pneus sem condições de uso. Em 2007, em decisão conjunta com a ANIP, foi fundada a Reciclanip, uma entidade sem fins lucrativos, para cuidar exclusivamente das ações de coleta e reciclagem de pneus. E assim mais de 1,2 milhão de toneladas de pneus já foram transformados em asfalto ecológico, solas de sapato, tapetes de carro, combustível para fornos de cimenteiras, entre outros novos reúsos. Esse é apenas um dos esforços da Goodyear na busca por produtos, processos e relacionamentos cada vez mais sustentáveis.

*A Goodyear*

*acredita que*

*todo pneu pode*

*rodar mais.*

Faça revisões em seu veículo regularmente.

**GOODYEAR**

Viva Nas Asas Da Goodyear



# CEBDS

Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável

Av. das Américas, 1.155 – grupo 208, 22631-000, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Tel.: 55 21 2483.2250, e-mail: cebds@cebds.org, site: www.cebds.org

V I N C U L A D O A O  
WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD)

**PRESIDENTE EXECUTIVA**

Marina Grossi

**CHAIRMAN**

Marcos Bicudo

**PRESIDENTE DE HONRA**

Erling Sven Lorentzen

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo  
Garrocho de Almeida  
*Holcim*  
Franklin Feder  
*Alcoa*

Gilbert Landsberg  
*Shell Brasil*  
João Batista  
Ferreira Dornellas  
*Nestlé*

Marco Simões  
*Coca-Cola*  
Eduardo Leduc  
*Basf*

Hélio Ribeiro Duarte  
*HSBC*

## DIRETORIA

Vânia Somavilla  
*Vale*  
Jorge Soto  
*Braskem*

Maria Luíza Pinto  
*Grupo Santander Brasil*  
Wilson Santarosa  
*Petrobras*

## CÂMARAS TEMÁTICAS

**ÁGUA**  
PRESIDENTE: Yazmin Trejos  
*Amanco*

VICE-PRESIDENTE:  
Josemar Picanço  
*Coca-Cola*

**BIODIVERSIDADE E BIOTECNOLOGIA**  
PRESIDENTE: Gloverson Moro  
*Syngenta Seeds*

VICE-PRESIDENTE:  
Ana Paula Ramos  
*Petrobras*

**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO  
PARA A SUSTENTABILIDADE**  
PRESIDENTE: Eraldo Carneiro  
*Petrobras*

**CONSTRUÇÃO  
SUSTENTÁVEL**  
PRESIDENTE: Carlos Eduardo  
Garrocho de Almeida  
*Holcim*

VICE-PRESIDENTE:  
Jean Rodrigues Benevides  
*Caixa Econômica Federal*

**ENERGIA E MUDANÇA DO CLIMA**  
PRESIDENTE: David Canassa  
*Votorantim Participações*

VICE-PRESIDENTE:  
Renata Araújo  
*Vale*

**FINANÇAS SUSTENTÁVEIS**  
PRESIDENTE: Wagner Siqueira  
*Banco do Brasil*

VICE-PRESIDENTE:  
Marcela Cotrin  
*Allianz*

**LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**  
PRESIDENTE:  
Enio Viterbo Junior  
*Gerdau*

**GESTÃO SUSTENTÁVEL**  
PRESIDENTE:  
Ana Lúcia Suzuki  
*Basf*

VICE-PRESIDENTE:  
Sue Wolter Vianna  
*Petrobras*

## EQUIPE CEBDS

Beatriz Carneiro  
Fernanda Gimenes  
Juliana Queiroz  
Laura Penna

Leandro Batista  
Lia Lombardi  
Luciana Neto  
Mariana Meirelles

Pablo Vázquez  
Phelipe Coutinho  
Silvana Nocito  
Sheila Guebara

Sueli Mendes  
Verônica Oliveira  
Diogo Mattos (*estagiário*)

## ASSOCIADOS CEBDS

- 3M do Brasil LTDA.
- Abiralatas
- Alcoa Alumínio S.A.
- Allianz Seguros
- Amanco Brasil S.A.
- AmBev – Companhia de Bebidas das Américas
- ArcelorMittal Brasil
- Bahia Mineração
- Banco do Brasil
- Basf S.A.
- Bayer S.A.
- BNDES

- BP Brasil LTDA.
- Bradesco S.A.
- Braskem S.A.
- Caixa Econômica Federal
- CCR
- Chemtech
- Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga
- Cia. Energética de Minas Gerais – Cemig
- Coca-Cola
- Copel
- CPFL Energia

- DNV
- EBX
- Ecopart
- Eletrobras
- Eletronuclear – Eletrobras
- Termonuclear S.A.
- Energias do Brasil
- Furnas – Centrais Elétricas S.A.
- Gerdau Açominas S.A.
- Goodyear do Brasil
- Grupo Abril
- Grupo Pão de Açúcar
- Grupo Santander

- Holcim Brasil S.A.
- HSBC
- Itaú Unibanco
- Lorentzen Empreendimentos S.A.
- Michelin
- Monsanto do Brasil LTDA.
- Natura Cosméticos
- Nestlé Brasil LTDA.
- Organizações Globo
- Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
- Philips
- Pirelli Pneus

- Shell Brasil LTDA.
- SHV
- Solvay do Brasil LTDA.
- Souza Cruz S.A.
- Suzano Papel e Celulose
- Syngenta Seeds LTDA.
- TIM
- Usiminas – Usinas Siderúrgicas de MG S.A.
- Vale
- Votorantim Participações S.A.
- Walmart Brasil

FOTO DE CAPA: Divulgação/AMATA

<b>IMAGEM</b> CONCURSO PREMIA MOMENTOS ÚNICOS DA VIDA SELVAGEM NA TERRA	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>REPORTAGEM DE CAPA</b> INVESTIMENTOS NA FLORESTA PODEM GERAR RIQUEZA E PROTEÇÃO
<b>NOTAS</b> CONFERÊNCIA RIO+20, INCLUSÃO E MAIOR RIGOR NO GRI	<b>8</b>	<b>30</b>	<b>ENTREVISTA</b> PERCIVAL CAROPRESO FALA SOBRE AS NORMAS PARA PROPAGANDA DE APELO SUSTENTÁVEL
<b>FERRAMENTA</b> SISTEMA AUXILIA EMPRESAS A AVALIAREM SEU IMPACTO SOBRE O MEIO AMBIENTE	<b>12</b>	<b>34</b>	<b>LIDERANÇA</b> MARIA HELENA LAZZARINI, DO IDEC, É PIONEIRA NA DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR
<b>PANORAMA</b> ENGAJAMENTO EMPRESARIAL, ÉTICA, CIDADES, ECONOMIA VERDE	<b>14</b>	<b>36</b>	<b>ISO 26000</b> NOVA NORMATIZAÇÃO TRATA DAS DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
<b>AGENDA</b> CONHEÇA OS PRINCIPAIS EVENTOS QUE ACONTECEM EM AGOSTO E SETEMBRO	<b>16</b>	<b>40</b>	<b>MICROCRÉDITO</b> R\$1,1 BILHÃO DESTINADO A PEQUENOS NEGÓCIOS ESTÁ CONGELADO NO BANCO CENTRAL
<b>VIDA NOVA</b> AMIGOS ABREM MÃO DO CARRO E ADOTAM ALTERNATIVAS DE TRANSPORTE EM SÃO PAULO	<b>18</b>	<b>42</b>	<b>CICLO DE VIDA</b> VEJA O IMPACTO DA CADEIA PRODUTIVA DE UM COPO DE ÁGUA
<b>RIO CIDADE SUSTENTÁVEL</b> PROJETO PROPÕE UNIÃO DO PODER PÚBLICO E EMPRESARIADO PARA REVITALIZAR COMUNIDADES	<b>20</b>		

BRASIL  
SUSTENTÁVEL

EXPEDIENTE

REPORT COMUNICAÇÃO  
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.530  
– 5º andar – Jd. Paulista –  
São Paulo – SP – CEP 01402-001  
telefone: 55 11 3051.8400  
e-mail: report@reportcomunicacao.  
com.br

**Direção**  
Álvaro Almeida (mtb: 45384)  
Estevam Pereira (mtb: 21302)

**Conselho editorial**  
Ana Lúcia Suzuki (BASF)  
Carlos Eduardo Garrocho  
de Almeida (Holcim)  
Enio Viterbo Junior (Gerdau)  
Eraldo Carneiro (Petrobras)  
Luís César Stano (Petrobras)  
Sue Wolter Vianna (Petrobras)  
Yazmin Trejos (Amanco)  
Wagner Siqueira (Banco do Brasil)

**Coordenação**  
CEBDS  
Marina Grossi  
Lia Lombardi  
Luciana Neto  
Sueli Mendes (assessoria)  
Diogo Mattos (estagiário)

**Edição**  
Michele Silva (redatora-chefe)  
Beto Gomes, Fernando Badó,  
Raquel Sabrina, Rita Nardy,  
Sílvia Wargaftig e Tita Berton (editores)  
Conrado Loliola, Cristiana Arras,  
Fernando Bortolin, Daiana Lima,  
Guto Lobato, Michele Carvalho,  
Pedro Michepud e Wilson Bispo  
(repórteres)

**Edição de imagens**  
Ricardo Correa  
PC Pereira (assistente)

**Direção de arte**  
MENTES DESIGN  
Marcel Votre  
Marcio Penna

**Revisão**  
Assertiva Produções Editoriais

**Administrativo**  
Cristina Almeida (diretora)

**Financeiro**  
Carlos Nascimento  
Sílvia Castelan

**Publicidade**  
SÓLIDA CONCEITUAL  
Telefone: 55 21 3154-9453 – e-mail:  
marketing@solidaconceitual.com.br  
Marcia Alvaredo (diretora)  
Michel Santos (executivo de  
atendimento)

Jefferson Eduardo (marketing)  
Denise Barreto (gerente financeira)

**Impressão**  
Ediouro

**Tiragem**  
5 mil exemplares

A revista BRASIL SUSTENTÁVEL é uma  
publicação do Conselho Empresarial  
Brasileiro para o Desenvolvimento  
Sustentável (CEBDS). Os artigos não  
refletem necessariamente a opinião  
do CEBDS, sendo de responsabilidade  
dos articulistas e entrevistados.



## ENTRE 1992 E 2012

**A**um ano da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o país se volta, mais uma vez, para o tema que marcou a história da ONU e da cidade, em 1992. Vinte anos depois, o mundo estará de novo aqui para pensar o desenvolvimento sustentável. E o CEBDS, que tem sua história intimamente ligada à conferência, também já se mobiliza para preparar a participação das empresas na Rio+20.

Em 1992, a participação do setor privado se restringiu ao discurso solitário do empresário suíço Stephan Schmidheiny, que abordou a imprescindível integração de indústrias, bancos e prestadores de serviço no movimento do desenvolvimento sustentável. Meses depois, ele fundou o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), rede da qual o CEBDS é integrante desde 1997.

Em 2012, o papel das empresas será outro. Ao longo desses 20 anos, as empresas começaram a notar que a

sustentabilidade é, de fato, um bom negócio. Primeiro porque reduzia os riscos de acidentes e multas, depois porque economizava recursos com energia, água, material (ecoeficiência) e, finalmente, porque é o que deve ser feito, como um novo valor. Infelizmente, no último caso, os exemplos ainda são restritos, mas inspiradores, e devem ser expostos.

Nesta edição da BRASIL SUSTENTÁVEL, vocês conhecerão um pouco do trabalho do CEBDS – como a criação do Basd Brasil (*leia mais na página 8*) – para ajudar nessa exposição e na reflexão sobre como podemos avançar. Sabemos que 2012 é uma oportunidade única para construir uma agenda comum para a sustentabilidade que fará o país dar um salto, vencer suas contradições internas e assumir a liderança nesse novo contexto mundial.

Marina Grossi

## DIRETO DO CONSELHO

### Visão 2050 em Minas

O Sebrae MG e a Associação Comercial de Minas se tornaram parceiros do CEBDS na divulgação do Visão 2050. A ACMinas fez o lançamento do estudo no dia 30 de maio em um debate com representantes do CEBDS, da FDC, da Feam, da Conservação Internacional e de diversas empresas. Já o Sebrae MG escolheu o Visão como primeiro documento a ser distribuído aos gestores de micro e pequenas empresas do estado, como parte do projeto “Dialogando com o futuro”, facilitando o caminho para que essas empresas também estejam integradas ao pensamento mais avançado da sustentabilidade.

### Guia de sucesso

Lançado há um ano e já bastante difundido nas áreas de comunicação das empresas associadas, o Guia de Comunicação e Sustentabilidade do CEBDS continua a produzir frutos. O inédito documento serviu como base para a realização do curso ministrado em São Paulo pelo CEBDS e pela Aberje, do qual participaram 40 profissionais da área de empresas associadas e parceiras. O sucesso do guia também atravessou fronteiras e será traduzido para o espanhol pelo Conselho Empresarial Argentino para o Desenvolvimento Sustentável (Ceads).

### Mercados inclusivos

Em parceria com o Pnuma e as fundações Avina e Dom Cabral, o CEBDS assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com o objetivo de incentivar a implementação dos mercados inclusivos. A iniciativa vai facilitar o caminho para alcançarmos no Brasil um dos principais desafios dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que é a inclusão social pela via do empreendedorismo. A parceria fortalecerá ainda a Rede Latino-Americana de Líderes Empresariais em Negócios Inclusivos, lançada em 2009 pelo CEBDS e o WBCSD.

IMAGEM

# PESCARIA PROFISSIONAL



O fotógrafo escocês Peter Cairns flagrou o momento certo em que uma águia-pescadora captura sua presa na Finlândia. A imagem impressiona não só pelo registro de um instante único, após um mergulho preciso da ave, mas também por sua beleza estética.

A foto foi vencedora do Grande Prêmio do concurso Windland Smith Rice International Awards, da revista *Nature's Best Photography*, que premia imagens da vida selvagem. As melhores fotografias estão expostas até o dia 25 de setembro no Museu Smithsonian de História Natural, em Washington (EUA).

**FOTO:** Peter Cairns/Northshots



# NOTAS

«EDIÇÃO FERNANDO BADÔ»

CONFERÊNCIA



Os olhos do mundo  
se voltam para  
o Rio em 2012

## Todos **pela** Rio+20

Para marcar presença na agenda ambiental do país, assim como na Rio+20, que ocorrerá em junho de 2012, no Rio de Janeiro, empresários brasileiros criaram dois conselhos para alinhar as ações dos setores privado e público a respeito da sustentabilidade.

Um deles, o Business Action for Sustainable Development, ou simplesmente Basd Brasil 2012, foi constituído pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento

Sustentável (CEBDS) em parceria com a Câmara de Comércio Internacional e o Pacto Global das Nações Unidas e atuará unicamente na conferência. A ideia é coordenar as atividades do setor empresarial, criando uma plataforma de negócios que será apresentada no evento do próximo ano.

Já o Conselho de Líderes em Sustentabilidade tem como objetivo formar um canal de comunicação entre o grupo, composto de

presidentes das empresas que fazem parte do CEBDS, e o Ministério do Meio Ambiente. “A nossa intenção é discutir o pós-Rio+20, contribuir com a discussão da agenda para o desenvolvimento sustentável nas próximas duas décadas e deixar um legado”, diz Marina Grossi, presidente executiva do CEBDS. Empresas não associadas ao CEBDS também podem participar do Conselho.

**[Michele Carvalho]**



Na **visão** da **Syngenta**,  
o **futuro**  
vai ser um lugar **fértil**.

**syngenta**

Em 2050, a população global deverá chegar perto de 9 bilhões. Se hoje, a cada dia, quase 1 bilhão de pessoas vai para a cama com fome, como será daqui a 39 anos? Mais do que compreender estes desafios, a Syngenta tem a ambição de contribuir para a sua superação. Por isso, promove o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, a partir da união entre **tecnologia, terra e pessoas**. Este tripé viabiliza melhores soluções para que os agricultores consigam ampliar sua produtividade, aumentando a eficiência no uso dos recursos naturais e construindo uma sólida economia rural, fundamental para alcançarmos a segurança alimentar de toda a população.

E a Syngenta trazendo todo o potencial das plantas para a vida.

*Bringing plant potential to life*



PINGUE-PONGUE  
MELANIE EDWARDS

## CHEGA DE "ZÉ NINGUÉM"

Estima-se que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo não possuam documentação nem qualquer outro registro oficial de suas vidas. Logo, ficam excluídos de trabalhos formais e de serviços públicos de saúde e educação. Para – literalmente – identificar esses indivíduos, a **Mobile Metrix**, empresa norte-americana de pesquisa especializada em coletar dados da base da pirâmide social, desenvolveu um sistema que emprega mão de obra local para realizar um censo em comunidades de baixa renda e tirar pessoas da condição de indigente. A fundadora e CEO da empresa, Melanie Edwards, explicou à *Brasil Sustentável* como funciona o trabalho:

### QUAL É O FOCO DA MOBILE METRIX?

Desde a fundação, em 2008, é uma empresa inovadora de pesquisa de mercado, com foco em coletar, analisar e mapear as comunidades, provendo dados para ONGs, órgãos governamentais e empresas setoriais.

### POR QUE O PROJETO É CONSIDERADO INOVADOR?

Por fazer pesquisas do ponto mais baixo para o mais alto da pirâmide social contratando jovens de comunidades locais para coletar informações. Eles vão porta a porta, em suas próprias comunidades. Com facilidade de acesso aliada à tecnologia, a coleta de dados é muito mais rápida, precisa, segura e econômica.

### COMO SÃO SELECIONADAS AS PESSOAS PARA TRABALHAR COM VOCÊS?

Para selecionar essas pessoas, a Mobile Metrix atua em conjunto com os líderes das comunidades para identificar, selecionar e empregar os talentos daquele lugar.

### VOCÊS TRABALHAM COM COMUNIDADES BRASILEIRAS?

Atualmente, temos 45 pesquisadores em Osasco (SP) e no Morro dos Macacos, no Rio de Janeiro. Eles já conduziram 1.050 pesquisas com 4.725 pessoas, dando mais de 220 mil pontos de informação sobre as comunidades locais.

[Pedro Michepud]

## Maior rigor, mais credibilidade

Quatro anos após lançar a G3, terceira versão das diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, a Global Reporting Initiative (GRI) aumentou o rigor na verificação do nível de aderência às suas normas, especialmente o nível A (para organizações que respondem a todos os indicadores).

Desde 1º de janeiro, não é mais possível utilizar os selos de autodeclaração e de verificação externa. Para utilizar um selo GRI, agora, é obrigatório fazer o Checklist G3, processo de análise das respostas aos indicadores realizado pela própria GRI. Segundo a Gerente de Serviço de Relatórios da organização, em Amsterdã, Marjella Alma, há vários relatos de que os ícones eram utilizados indevidamente em algumas ocasiões. "As mudanças visam garantir a credibilidade da organização e também do processo de elaboração do relatório", ressalta.

O resultado mais esperado é na credibilidade dos relatórios de nível A, que devem ser mais bem avaliados pelo mercado daqui por diante. A escala de aplicação ainda conta com os níveis B e C, conforme o número de indicadores respondidos.

Mais novidades estão chegando. Além da recém-lançada versão G3.1, que já pode ser aplicada na temporada 2011-2012 de relatos, os estudos para o desenvolvimento da versão G4 estão avançados. **[Talita Fusco]**



Selo só será permitido após análise da GRI

Cada  
garrafa  
tem uma  
história.

### Marcos André

Marcos André teve uma infância muito pobre num lugar chamado Chão de Estrelas. Ele viu que faltavam oportunidades na comunidade e percebeu que poderia fazer a diferença na vida de muita gente. "Quando eu soube do projeto Coletivo, da Coca-Cola Brasil, acreditei que poderia ser um multiplicador de sonhos, abraço de corpo e alma. Era a chance para os jovens daqui transformarem suas vidas, conseguirem seu primeiro emprego e ajudarem o comércio local." Coletivo é uma tecnologia social para geração de renda em comunidades por meio da capacitação em varejo, além de estimular o empreendedorismo. Hoje, já opera em 69 comunidades e, até o final do ano, vai capacitar 25 mil pessoas em todo o Brasil. Serão milhares de histórias de superação e conquistas, como a do Marcos André.

Um dia, o  
Chão de Estrelas  
vai ser o céu.



Coca-Cola Brasil

Veja por que Marcos André acredita em um mundo melhor em [vivopositivamente.com.br](http://vivopositivamente.com.br)

# FERRAMENTA

«REPORTAGEM PAULA ANDREGHETO EDIÇÃO RAQUEL SABRINA»

INDICADORES, SELOS, NORMAS, GUIAS, CERTIFICADOS  
E MÉTODOS DE FOMENTO À INOVAÇÃO NAS CORPORAÇÕES

GUIA DE AVALIAÇÃO CORPORATIVA DOS ECOSISTEMAS

# O IMPACTO DAS EMPRESAS

GUIA OFERECE DIRETRIZES PARA EMPRESAS AVALIAREM IMPACTOS E  
IDENTIFICAREM OPORTUNIDADES NOS ECOSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

## O que é?

Lançado pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o **Guia de Avaliação Corporativa dos Ecossistemas** (CEV, na sigla em inglês) tem o objetivo de ajudar as empresas a analisar os benefícios da biodiversidade, custos com a sua perda e prejuízos com a degradação dos ecossistemas. O guia é o primeiro com foco nos impactos das companhias sobre a biodiversidade e tem como referência principal o Protocolo de Nagoia, de 2010.

A publicação adapta para a realidade empresarial o relatório da iniciativa global “A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade” (Teeb, em inglês), lançado na Conferência sobre a Biodiversidade de Nagoia. Resultados iniciais do Teeb mostram que a degradação dos ecossistemas é uma questão crítica para a sustentabilidade empresarial e para a sociedade. Apenas com base no desmatamento, o cálculo é que o mundo perde entre € 1,35 trilhão e € 3,10 trilhões a cada ano, do chamado “capital natural”. Ainda segundo o estudo, em resposta à limitação dos recursos naturais e às perdas previstas, as empresas devem esperar mudanças políticas e novos marcos regulatórios nos âmbitos global, regional e local.

A partir dessa perspectiva, o guia busca oferecer melhores referências para a tomada de decisões corporativas. Testado por 14 empresas associadas ao WBCSD, o guia con-

ta com diretrizes que foram elaboradas em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), o World Resources Institute (WRI), a Environmental Resources Management (ERM) e a PwC. Entre as iniciativas, estão exemplos das empresas AkzoNobel, EDP, Eni, Eskom, GHD, Hitachi (Química), Holcim, Lafarge, Mondi, Rio Tinto, Syngenta, Veolia Environnement, Weyerhaeuser e o BCSD, dos EUA. A CEV é uma das ferramentas que a Câmara Temática de Biodiversidade e Biotecnologia do CEBDS analisará, em parceria com as empresas, até 2012.

## O PROTOCOLO DE NAGOIA

A Conferência das Nações Unidas para a Diversidade Biológica, realizada em Nagoia (Japão), no ano passado, resultou em um acordo considerado histórico. Assinado por representantes de mais de 190 países, o Protocolo é tido como o mais importante desde Quioto, com o estabelecimento de metas para minimização dos impactos sobre a biodiversidade e espécies em extinção. A expectativa é o surgimento de regulamentações mais severas em todo o mundo.

**A IDEIA PRINCIPAL É QUE AS EMPRESAS ATRIBUAM VALOR AOS IMPACTOS E À DEPENDÊNCIA DOS SEUS NEGÓCIOS DOS ECOSISTEMAS E, A PARTIR DESSAS INFORMAÇÕES, POSSAM TOMAR DECISÕES NOS DIFERENTES CENÁRIOS – ATUAIS E FUTUROS**

## Quais as vantagens?

A Avaliação Corporativa dos Ecossistemas possibilita aos gestores a identificação de riscos e oportunidades dos serviços ecossistêmicos e biodiversidade. O guia permite a elaboração de um quadro para entendimento dos benefícios e do valor dos “serviços” prestados pelos ecossistemas, tais como fornecimento de água doce, alimentos e proteção contra riscos naturais, com resultados integrados aos sistemas já existentes.

A ideia principal é que as empresas atribuam valor aos impactos e à dependência dos seus negócios dos ecossistemas e, a partir dessas informações, possam tomar decisões nos diferentes cenários – atuais e futuros. O manual defende que as empresas precisam medir e reduzir seus impactos e, com base na percepção do valor da biodiversidade, passem a desenvolver iniciativas voltadas à preservação e à utilização dos ecossistemas como oportunidade de negócio.

## Como funciona?

A mensuração e a contabilização da importância do ecossistema para a empresa consideram os impactos da degradação, em médio e longo prazos, e os benefícios proporcionados pelos serviços do ecossistema. Assim, o guia permite mensurar o valor de aspectos essenciais, como os benefícios associados aos ativos e os custos com a perda da biodiversidade, incluindo a cadeia de valor e a disponibilidade de linhas de financiamento de novos negócios. As informações devem fazer parte do planejamento de negócios e da análise financeira. A metodologia propõe, ainda, o alinhamento com estratégias de gestão de risco e o posicionamento da empresa na criação e consolidação de políticas públicas.

A ferramenta ainda considera a avaliação desses impactos de acordo com cada setor, como no caso da indústria farmacêutica e os recursos genéticos, do setor agrícola e produção de alimentos e do controle de pragas e erosão. A partir do mapeamento e da mensuração dos diferentes aspectos, é possível explorar e desenvolver novas soluções de negócios para atender a esses desafios. [BS]

# COMO GERIR

## OS ECOSISTEMAS?

1. Medir, gerenciar e mitigar riscos e impactos.
2. Melhorar a tomada de decisão, assegurando a avaliação corporativa dos ecossistemas para quantificar riscos e oportunidades de negócios.
3. Inovar e auxiliar o desenvolvimento de novos mercados com foco em serviços para o ecossistema e em produtos, serviços e tecnologias ecoeficientes.
4. Estimular fornecedores e compradores a adotar melhores práticas.
5. Estabelecer parcerias para discutir problemas locais.
6. Promover uma regulamentação atual e flexível para a proteção dos ecossistemas, que impulse o mercado e as soluções de negócios para interromper a degradação e dar as mesmas oportunidades a todos.

## SAIBA MAIS

Acesse a publicação em:

<http://tinyurl.com/6lxfsoj>

# PANORAMA

«EDIÇÃO SILVIA WARGAFTIG REPORTAGEM GUTO LOBATO»

ENGAJAMENTO EMPRESARIAL • ÉTICA • CIDADES • ECONOMIA VERDE

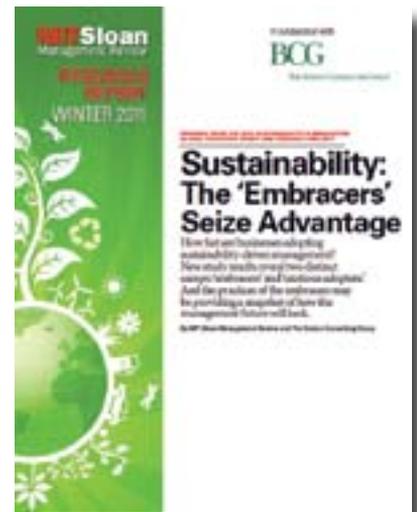
## Os líderes e os cautelosos

[ ESTUDO ]

O discurso é cada vez mais comum no mundo empresarial, mas a aderência aos conceitos de sustentabilidade está longe de ser homogênea. O estudo *Sustainability: The "Embracers" Seize Advantage*, realizado pela Sloan Management Review, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), em parceria com o Boston Consulting Group, aponta que diferenças de perfil e de nível de engajamento produzem modelos distintos de boas práticas e competitividade no ambiente.

Por meio da aplicação de

questionários e entrevistas com mais de 3 mil executivos, a pesquisa identificou dois perfis de empresas: as "líderes", ou *embracers*, que investem na sustentabilidade buscando, também, ganhos intangíveis, e os "adeptos cautelosos", que não têm uma política consolidada de gestão socioambiental. Apesar de minoritário – apenas 34% –, o primeiro grupo é o mais preparado para as novas demandas do setor, diz o estudo. Para ler o documento completo, acesse [bit.ly/gxUsJo](http://bit.ly/gxUsJo).



## Entrando numa fria

[ FILME ]

Líder na exportação de carne bovina, o Brasil vendeu, em 2010, 1,7 milhão de toneladas para mercados no exterior. Somado ao consumo interno, o número aponta que o segmento é lucrativo e próspero – o que, muitas vezes, não se reflete nas condições a que trabalhadores são submetidos nos abatedouros e frigoríficos do país. Dirigido por Caio Cavechini e Caio Juliano Barros, o documentário "Carne osso", da ONG Repórter Brasil, foi exibido no último Festival É Tudo Verdade e revela a rotina de trabalho desses locais, em que o risco de doenças como artrose, traumatismos de ombro, braço, cabeça e abdômen, de lesões por esforço repetitivo (LERs) e até de problemas psicológicos chega a ser três vezes maior do que a média de outras categorias profissionais. Para assistir ao *trailer* do documentário, acesse [www.youtube.com/reporterbrasil](http://www.youtube.com/reporterbrasil).



Documentário retrata más condições de trabalho em frigoríficos e abatedouros



# Sobre ética (e falta de)

[ NEWSLETTER ]

A *Ethisphere Corpedia Daily GRC Digest* é o que se pode chamar de um observatório virtual de boas práticas governamentais e empresariais. No mesmo rumo do instituto, que promove a investigação científica e o compartilhamento de experiências de ética empresarial, a *newsletter*, disponível somente em inglês, é uma boa leitura para empresários, investidores, estudiosos e interessados pela área.

Com um levantamento periódico de análises, temas e denúncias que dizem respeito ao

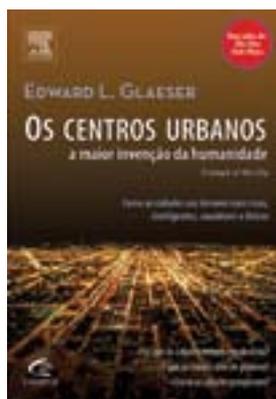
mundo econômico – desde investigações de fraudes internacionais até casos de desrespeito a direitos humanos, discriminação, danos ao meio ambiente e irregularidades em contratos governamentais –, o boletim eletrônico pode ser recebido gratuitamente, via *e-mail*, após cadastro no *site* da organização (**[ethisphere.com](http://ethisphere.com)**). Também é possível acompanhar as atualizações pelo próprio *site*, pelo Twitter (**[@ethisphere](https://twitter.com/ethisphere)**) e pela revista *Ethisphere*, cuja assinatura pode ser feita *online*.

## Ser urbano

[ LIVRO ]

As cidades como “motores da inovação”. Essa é a perspectiva do escritor Edward L. Glaeser, professor de Economia da Universidade de Harvard, apresentada no livro *Os centros urbanos: a maior invenção da humanidade*. Ousado, ele se refere a “nossa espécie urbana” para dizer por que as pessoas preferem morar nas cidades, como isso desperta o melhor de cada um e de que forma se constroem as melhores soluções para o coletivo. Por ampliarem as fronteiras do conhecimento, são elas, também, o berço das maiores invenções da humanidade.

Com linguagem acessível e um discurso que alia economia, história e sociologia, o autor parte da antiga Atenas até as atuais Londres, Mumbai, Nova York e Rio de Janeiro para mostrar que as cidades de hoje, em geral, “estão mais ricas, mais saudáveis e mais sedutoras do que nunca”.



**Os centros urbanos: a maior invenção da humanidade**  
AUTOR: EDWARD L. GLAESER  
EDITORIA: CAMPUS-ELSEVIER  
PÁGINAS: 333  
PREÇO: R\$ 89,90

## Os setores-chave da economia verde

[ RELATÓRIO ]

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), entre 1% e 2% do PIB mundial são gastos em subsídios que perpetuam a atividade não sustentável. Como mudar isso em poucas décadas? Investindo menos que o dobro desse valor em dez setores que promovem a “economia verde”, conforme aponta o relatório *Towards a Green Economy – Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, publicado pelo Pnuma em fevereiro.

Utilizado como referência para a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorrerá em junho de 2012 no Rio de Janeiro, o relatório indica que setores como abastecimento energético, pesca, silvicultura, turismo e transportes são fundamentais não apenas à “ecologização” global, como também à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento de regiões cujo PIB depende de seus recursos naturais. O documento pode ser acessado no endereço [bit.ly/fmwDgO](http://bit.ly/fmwDgO).



# AGENDA

«EDIÇÃO FERNANDO BADÔ TEXTO DAIANA FERREIRA E PEDRO MICHEPUD»

VISÃO 2050 • RESÍDUOS • CONSTRUÇÃO • EMPREENDEDORISMO

## 27 A 29 DE SETEMBRO

**REALIZAÇÃO:** Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)  
**LOCAL:** Rio de Janeiro (RJ)  
**MAIS INFORMAÇÕES:** [tel.] (21) 2483-2250  
[site] [www.cebds.org.br](http://www.cebds.org.br)  
[e-mail] [cebds@cebds.org](mailto:cebds@cebds.org)

## Sustentável 2011

Realizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o 4º Congresso Internacional Sustentável tem como tema *Visão 2050: agenda para uma nova sociedade* e servirá como preparação do setor empresarial para as discussões da Conferência Rio+20. Baseado no documento Vision 2050, lançado no ano passado pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), os participantes vão elaborar uma agenda brasileira para se chegar a 2050 com mais qualidade de vida. Os painéis e plenárias reunirão executivos, presidentes de empresas, ONGs, órgãos governamentais e a sociedade civil. As inscrições podem ser feitas pelo *site* do CEBDS a partir de agosto.

DIAS 4 E 5 DE AGOSTO

### Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável

**REALIZAÇÃO:** Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS)  
**LOCAL:** São Paulo (SP)  
**MAIS INFORMAÇÕES:**  
[tel.] (11) 4191-0665 / 3869-0791  
[site] [www.sbc.net.br](http://www.sbc.net.br)  
[e-mail] [faleconosco@sbcs.net.br](mailto:faleconosco@sbcs.net.br)

O 4º Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável discute formas de avançar na sustentabilidade e na qualidade dos espaços urbanos, debatendo a estrutura física das cidades e seus impactos em temas como qualidade de vida dos habitantes, gestão de água e resíduos, consumo energético, capacidade de adaptação aos eventos climáticos, felicidade dos habitantes, entre outros. O evento, que reúne empresários, pesquisadores, consultores e especialistas do setor, é estruturado em apresentações de painéis, palestras e exposições de *cases* empresariais do setor. Grupos, filiados ao CBCS e estudantes do setor têm desconto na inscrição.

DIAS 8 E 9 DE AGOSTO

### Fórum Nacional de Resíduos Sólidos

**REALIZAÇÃO:** Viex Américas  
**LOCAL:** São Paulo (SP)  
**MAIS INFORMAÇÕES:** [tel.] (11) 5051-6535  
[site] [www.vxa.com.br/eventos/85-residuos](http://www.vxa.com.br/eventos/85-residuos)  
[e-mail] [atendimento@vxa.com.br](mailto:atendimento@vxa.com.br)

O objetivo do fórum é debater a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a cogeração de energia. Em sua segunda edição, o evento tratará, entre outros temas, dos planos de gestão e gerenciamento, logística reversa, mecanismos de gestão e financiamento, conversão de resíduos em energia, além da tecnologia necessária para viabilizar esses projetos. As inscrições podem ser feitas por *e-mail* ou por telefone.

ATÉ 31 DE AGOSTO

### Prêmio Empreendedor Social 2011

**REALIZAÇÃO:** Folha de S. Paulo e Fundação Schwab  
**MAIS INFORMAÇÕES:** [tel.] (21) 2262-9401  
[site] [www.folha.com.br/empreendedorsocial](http://www.folha.com.br/empreendedorsocial)  
[e-mail] [empreendedorsocial@grupofolha.com.br](mailto:empreendedorsocial@grupofolha.com.br)

A sétima edição do prêmio, iniciativa em parceria do jornal *Folha de S. Paulo* e da Fundação Schwab, da Suíça, entra na fase de avaliação fiscal e visita aos projetos semifinalistas, escolhidos pela comissão organizadora. Os finalistas serão anunciados em outubro, bem como o júri, a ser formado por membros dos setores acadêmico, público e empresarial. Os vencedores da edição de 2011 serão divulgados em 9 de novembro, em cerimônia no Masp, em São Paulo.



# Sustentável 2011

4º Congresso Internacional sobre  
Desenvolvimento Sustentável

Sustentável 2011: agenda para uma nova sociedade  
27, 28 e 29 de Setembro  
Pier Mauá - Rio de Janeiro

A agenda brasileira da sustentabilidade e os temas da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, serão os pilares do 4º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável.

Acadêmicos, empresários e especialistas vão falar sobre ações e comportamentos que podem determinar o futuro nesta década potencialmente transformadora.

Inscrições em agosto pelo site [www.cebds.org.br](http://www.cebds.org.br).

## Realização



**CEBDS**  
Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável



World Business Council for  
Sustainable Development

## Patrocinadores



syngenta

Braskern



CAIXA



Bradesco

GOODYEAR



Apoio:

# VIDA NOVA

«EDIÇÃO SILVIA WARGAFTIG REPORTAGEM TALITA FUSCO»

INICIATIVAS PESSOAIS TRANSFORMADORAS



Caminhar é o melhor jeito de pensar na vida segundo Ariel e Heres

Ricardo Correa

## OS SEM-CARRO

AMIGOS CONTAM POR QUE ABRIRAM MÃO DO CARRO PRÓPRIO, COMO SE ORGANIZAM SEM ELE E ENUMERAM OS MOTIVOS QUE OS FAZEM NÃO QUERER VOLTAR ATRÁS

**NA REGIÃO** de Pinheiros, zona oeste de São Paulo, o paulistano Heres Emerich (28) e o argentino Ariel Kogan (25) dividem um apartamento com mais uma amiga. Entre outras coisas em comum, os três compartilham uma condição: não possuem carro próprio. A decisão não é inconsciente. Tanto Heres quanto Ariel consideram que contribuem, mesmo que minimamente, para a cidade de São Paulo. Segundo o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/SP), a capital paulista encerrou o mês de abril com uma frota de mais de 7 milhões de veículos, dos quais 5,1 milhões são automóveis. “É um carro a menos nas ruas, menos trânsito, menos emissão de poluentes”, diz Heres, que segue na contra-

mão dos números de vendas de carros no Brasil. Só em maio foram licenciados 232.593 automóveis no país, um aumento de 27,8% em relação ao mesmo período de 2010, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Heres lembra que queria ter um carro assim que completasse os 18 anos. Como foi estudar no interior do estado, o primeiro automóvel só veio depois da formatura, quando voltou à capital e se casou. Ainda assim, o veículo ficava mais com a mulher. Ariel, da cidade argentina Mendoza, ganhou o carro de presente do avô ao completar 18 anos, mas sempre foi mais adepto da bicicleta que do automóvel.

# RADAR

Os dois passaram a adotar outros meios de locomoção por motivos distintos. Heres abriu mão do carro com a separação. Para Ariel, a decisão foi tomada quando se mudou para a França, onde concluiu o curso de engenharia. “Antes de viajar, pedi autorização para o meu avô, vendi o carro, e o dinheiro está em uma conta bancária para quando eu fizer um mestrado”, diz.

E como é viver sem carro em uma cidade como São Paulo? Heres e Ariel optaram em morar próximo aos seus locais de trabalho – uma editora e a ONG Movimento Nossa São Paulo, respectivamente – e, assim, conseguiram dispensar o ônibus e a bicicleta. O trajeto, agora, é feito a pé e leva menos de 10 minutos. Heres cursa geografia à noite e, para ir à aula, usa o metrô mais próximo. Ariel usa a bicicleta para ir ao Parque do Ibirapuera, onde corre quase todas as noites, e quando vai a alguma reunião fora do escritório. “Respeitando algumas questões importantes, como usar bem a faixa e ter as luzes na parte traseira de bicicleta, é tranquilo andar de bike aqui. De carro, por exemplo, o risco de ser assaltado no semáforo é grande, principalmente em áreas mais periféricas”, avalia.

A principal vantagem apontada por ambos é a econômica. De cabeça, Heres cita os inúmeros gastos adicionais à aquisição de um automóvel: “Se não há dinheiro para comprar à vista, tem que pagar as parcelas. Há ainda o IPVA, o seguro, o combustível, o estacionamento, a manutenção, eventuais multas, enfim, uma série de despesas”. Além de evitar esses custos, eles ainda alugam a vaga da garagem do apartamento em que moram e, com o dinheiro, pagam parte do condomínio.

Nem à noite eles veem vantagem em ter um carro. “Para sair, quase não pego táxi. É muito legal caminhar à noite porque não há tantos carros nas ruas. Se der para ir e voltar de bike, melhor ainda”, afirma o argentino. Heres só usa táxi quando não há metrô ou ônibus disponíveis. “Não dá para entender como São Paulo não tem ônibus 24h”, reclama. Ariel entoa o coro e ressalta: “É fundamental dar prioridade ao transporte público nesta cidade”.

Os dois não deixam de apontar os benefícios para a saúde e destacam o estresse como um importante impacto negativo de quem dirige. Um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que, até 2030, os acidentes de carro serão a quinta maior causa de mortes no mundo e matarão mais do que o vírus HIV, com 2,4 milhões de vítimas por ano, contra 1,2 milhão. Atualmente, os números são 1,3 milhão e 2,2 milhões, respectivamente. “No carro, você está se defendendo. Fora dele, o olhar da cidade é outro. Você participa dela”, conta Ariel. Balançando a cabeça positivamente, Heres relata que, para ele, caminhar é o melhor jeito de pensar na vida.

Questionados sobre que situações os fariam comprar um carro, Ariel responde – categórico – que não vê nenhuma possibilidade de isso acontecer em um futuro próximo. “Se eu ganhasse um carro hoje, acho que venderia”, completa Heres. **[BS]**

## Carona + networking

No ar desde fevereiro, o portal Caronetas ([www.caronetas.com.br](http://www.caronetas.com.br)) pretende ampliar a prática de caronas no Brasil, com a proposta de colocar em contato caronistas (aqueles que oferecem) e caroneteiros (aqueles que pegam) de uma mesma empresa ou centro empresarial. A estratégia inicial foi conquistar a adesão do maior número de empresas para criar uma rede de contatos com várias opções de caronas diárias, de casa até o trabalho. Em junho, foi lançada a segunda fase do projeto, que prevê a implantação das caronas fracionadas, incluindo trechos do trajeto, com pontos de encontro em estações de metrô, por exemplo. O site também estreou novas ferramentas, como visualização do caminho a ser percorrido e do fluxo do trânsito em tempo real. Com 80 empresas cadastradas, a página já reúne 2.800 usuários.



## Carro ou táxi?

Andar de táxi pode fazer bem ao bolso, especialmente em pequenas distâncias. Para conferir quando vale a pena optar pelo táxi ou pelo carro próprio, o jornal *Folha de S.Paulo* disponibilizou uma ferramenta em seu site que calcula o custo baseado no porte do veículo, no combustível utilizado e nas despesas fixas, como seguro, impostos, estacionamento e manutenção. Já no site da revista *Você S/A*, é possível estimar o gasto médio de um carro por ano, por mês e por dia.

A comparação mostra que ligar para o ponto de táxi é mais vantajoso se você tiver um veículo de médio ou grande porte e percorre pequenas distâncias todos os dias, mesmo em cidades onde esse serviço tem custo elevado, como São Paulo.

### CONFIRA

Folha: [bit.ly/pXxInq](http://bit.ly/pXxInq)

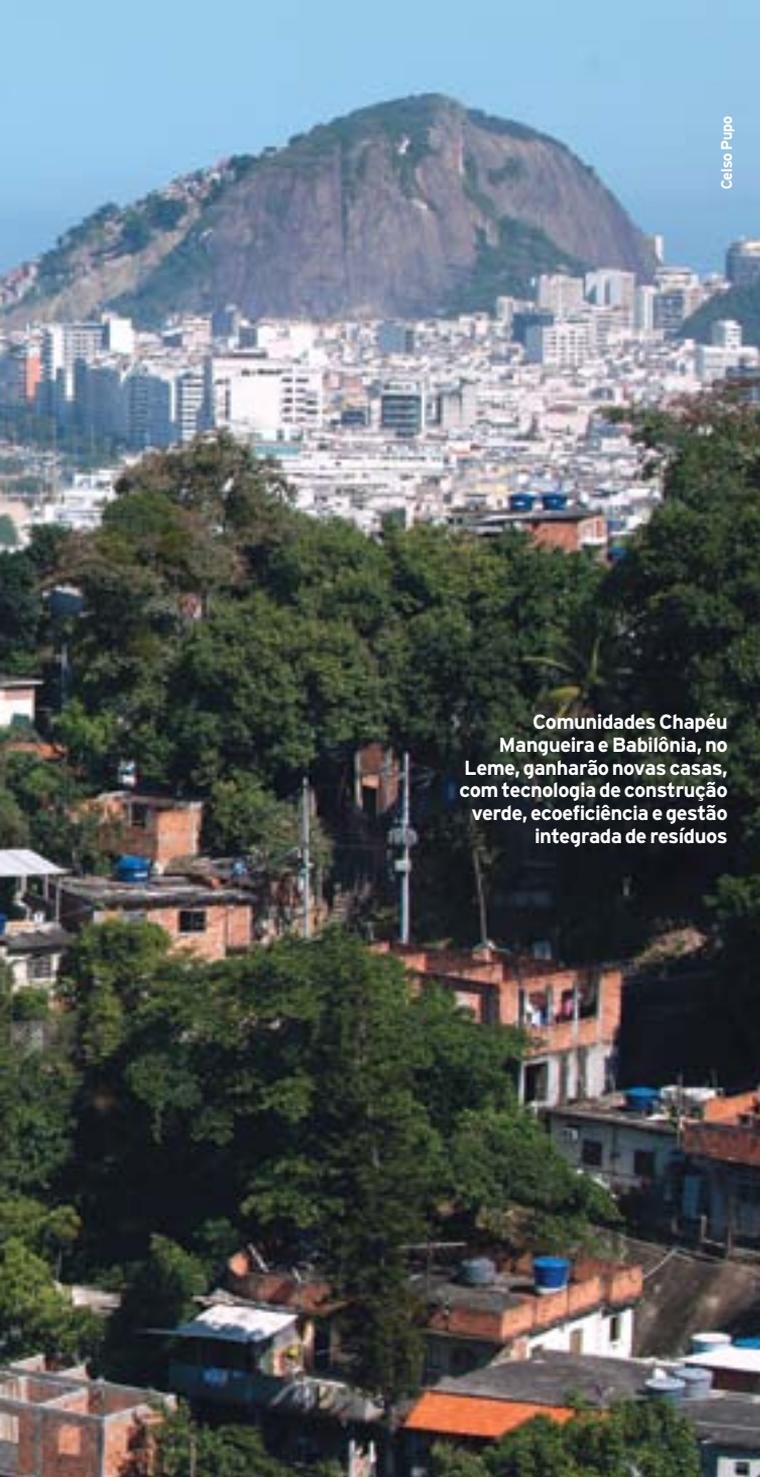
Você S/A: [bit.ly/cOgmoO](http://bit.ly/cOgmoO)



# MÃOS ÀS OBRAS

PROJETO RIO CIDADE SUSTENTÁVEL PREVÊ A REUNIÃO DE GOVERNOS E EMPRESARIADO PARA PROVAR QUE É POSSÍVEL ALIAR O DESENVOLVIMENTO URBANO À SUSTENTABILIDADE. OS RESULTADOS DO PROJETO PILOTO SERÃO APRESENTADOS NA RIO+20

**REPORTAGEM** INÊS LANDEIRA



Comunidades Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, ganharão novas casas, com tecnologia de construção verde, ecoeficiência e gestão integrada de resíduos

**MORAR NUMA CIDADE** com boa qualidade de vida e bem planejada é um desejo de dez entre dez habitantes de todas as megalópoles do mundo. Mas, diante do crescimento desordenado, da desigualdade social e da escassez de moradia, problemas comuns aos grandes conglomerados urbanos, alcançar um patamar de equilíbrio parece uma meta difícil de ser atingida.

No Rio de Janeiro, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em parceria com a prefeitura e o governo do Estado, está lançando o programa Rio Cidade Sustentável. O objetivo é traduzir a sustentabilidade em práticas como construção e reforma de habitações, agricultura urbana, turismo sustentável e gerenciamento integrado de resíduos sólidos. O programa está alinhado à iniciativa Um Mundo de Cidades Sustentáveis (A World of Sustainable Cities), lançado em 2010 pelo WBCSD (World Business Council for Sustainable Development).

A experiência piloto será realizada nas comunidades do Chapéu Mangueira e da Babilônia, situadas no Leme, Zona Sul do Rio, e que já contam com a presença da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). De acordo com a prefeitura, essa experiência mostrará a viabilidade técnica de um projeto como esse nas comunidades. A proposta prevê a melhoria da qualidade de vida nesses locais, proporcionando uma reforma das habitações, investimento em capacitação profissional e na coleta seletiva de lixo. O Rio Cidade Sustentável prestará ainda apoio técnico e suporte em tecnologias verdes ao projeto Morar Carioca, da prefeitura, que realiza obras de infraestrutura urbana na comunidade. Todas as ações do Rio Cidade Sustentável são validadas pela população, que participa desde a primeira etapa do projeto, por meio das associações de moradores e de reuniões e assembleias realizadas periodicamente com os moradores.

Com a colaboração de associados do CEBDS, o projeto é uma oportunidade para que as empresas demonstrem sua capacidade de resposta às necessidades da sociedade, aplicando soluções de última geração comprometidas com a sustentabilidade. Entre as companhias que confirmaram sua participação estão Bradesco, Furnas, Goodyear, Itaú, Michelin, Philips e Souza Cruz, que devem oferecer linhas de microcrédito, tecnologia e capacitação para os moradores.

Na avaliação da presidente do CEBDS, Marina Grossi, a articulação conduzida entre os governos estadual e municipal e o setor privado, com a interação entre as políticas públicas e a visão da sustentabilidade, é um dos aspectos mais importantes do projeto. “É um jeito novo de fazer as coisas, trazendo um olhar diferente para as políticas de Governo”, diz.

O secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio, Ricardo Henriques, concorda que a coordenação do projeto é o principal desafio pelo fato de reunir iniciativa privada e setor público. “Trata-se de um grande teste e o ideal seria concluí-lo antes da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável”, diz ele,

Marina Grossi, presidente do CEBDS – idealizador do Rio Cidade Sustentável –, Sha Sukang, coordenador das Nações Unidas para a Rio+20, e Jorge Bittar, secretário da Habitação do Rio, em visita às comunidades

## A ARTICULAÇÃO CONDUZIDA ENTRE OS GOVERNOS ESTADUAL E MUNICIPAL E O SETOR PRIVADO, COM A INTERAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A VISÃO DA SUSTENTABILIDADE, É UM DOS ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DO PROJETO

referindo-se à Rio+20, prevista para ser realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro. De fato, a ideia dos autores do projeto é apresentar seus resultados durante o evento, que remete à Conferência Rio 92 – marco histórico da sustentabilidade no mundo, na qual foram gerados os documentos que até hoje norteiam as discussões multilaterais, como as convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21 e a Carta da Terra.

O Rio Cidade Sustentável está em fase de diagnóstico, o que inclui um amplo levantamento das necessidades e da realidade das comunidades. “Não podemos pensar em sustentabilidade sem conversar com os principais atores, como as lideranças locais, o governo e os que serão afeta-

dos pelas obras”, explica Marina, acrescentando que o CEBDS foi a campo ouvir as pessoas e apurar o que poderia ser incorporado dentro da visão de sustentabilidade.

O suporte técnico das ações é assegurado por um Conselho Consultivo composto de especialistas nos diferentes eixos da sustentabilidade, tais como o arquiteto e urbanista Jaime Lerner, o superintendente de Área de Meio Ambiente do BNDES, Sérgio Weguelin, o diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe-UFRJ, Segen Estefan, o secretário executivo do ISER (Instituto de Estudos da Religião), Pedro Strozenberg, e a coordenadora do Programa Mata Atlântica da WWF-BR, Maria Cecília Wey Brito.

## MOMENTO IDEAL

Para a subsecretária de Economia Verde do Estado do Rio, Suzana Kahn, a importância do Rio Cidade Sustentável será medida por sua capacidade de gerar desdobramentos. “Captação da água de chuva, pavimentação com pneus reciclados e hortas urbanas são iniciativas que precisam encontrar um ambiente econômico propício e uma cadeia de produção estruturada”, afirma ela, acrescentando que a maior preocupação do Estado é exatamente fomentar a economia com o viés da sustentabilidade, de forma a viabilizar o projeto economicamente.

Suzana aponta a fase de diagnóstico como um passo essencial para o futuro do Rio Cidade Sustentável, já que fornecerá os elementos para o desenvolvimento das ações. “É importante que esse projeto seja bem-sucedido, que os produtos e tecnologias utilizados tenham qualidade e garantam resultados duradouros”, afirma. Nesse sentido, ressalta como um dos aspectos fundamentais a mensuração e avaliação dos resultados, dentro de uma visão estratégica da sustentabilidade.

Ainda na opinião de Suzana, com a autoestima resgatada e um ambiente favorável à superação de novos desafios, o Rio de Janeiro vive hoje um momento propício à implantação de projetos dessa natureza.

No mesmo tom, o economista e ambientalista Sérgio Besserman, que atualmente preside a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Metropolitana da Cidade, também acredita que o projeto acontece no momento em que o Rio está diante de uma oportunidade única para consolidar sua marca. “A Conferência da ONU em 2012 será importante para que o Rio de Janeiro seja reconhecido como uma capital comprometida com a sustentabilidade, que é uma questão estratégica para qualquer cidade do planeta”, ressalta, lembrando que o mundo também estará com os olhos voltados para o Rio na Copa do Mundo, em 2014, e nos Jogos Olímpicos, em 2016.

Membro do Conselho Diretor da WWF-Brasil, Besserman diz que há muito a fazer para solucionar os problemas de infraestrutura do Rio. Mas, otimista, destaca os avanços no reflorestamento, a duplicação da rede de ciclovias da cidade e sua integração com os demais meios de transporte, a ampliação da coleta e adoção de soluções mais sustentáveis para o lixo e a revitalização da Zona Portuária, entre outras me-

# 5 AÇÕES PARA A MUDANÇA

AS FRENTES DE ATUAÇÃO DO PROJETO RIO CIDADE SUSTENTÁVEL SÃO:

## **Mutirão para Retrofitting de Habitações**

Trabalho cooperativo na reconstrução das residências da comunidade e orientação para melhorar eficiência energética, consumo de água, emissões de GEE, saúde, geração de renda e capacitação profissional;

## **Infraestrutura Urbana Verde**

Suporte para tecnologias de construção verde e planejamento urbano (integrado ao projeto Morar Carioca Verde, da Prefeitura do Rio de Janeiro, com ênfase em saneamento, pavimentação e iluminação pública);

## **Agricultura Urbana**

Promover a produção de alimentos com baixa emissão e o desenvolvimento da economia local (integrado ao programa da Secretaria do Ambiente do Governo do Estado do Rio de Janeiro);

## **Turismo Ecológico e Cultural**

Incentivar o turismo relacionado aos recursos ambientais e histórico-culturais da comunidade;

## **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

Com investimentos, mobilização e educação de atores locais para essa tarefa.

didadas. Espera-se que, com a reunião de elementos essenciais como uma conjuntura favorável, vontade política e setor privado participativo, o Rio caminhe para se tornar uma cidade com melhor qualidade de vida. Começando pelas comunidades do Leme, o projeto Rio Cidade Sustentável permite a reunião dos atores fundamentais para concretizar esse objetivo. **[BS]**

CAPA

# ECONOMIA VERDE

Floresta Amazônica: principal  
patrimônio brasileiro

# VALIOSA FLORESTA

NESTE 2011, DECLARADO ANO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), UMA IDEIA VEM GANHANDO CADA VEZ MAIS CORPO NO DISCURSO DE AMBIENTALISTAS E DE EMPRESÁRIOS DA ÁREA FLORESTAL: É PRECISO EXPLORAR ECONOMICAMENTE AS FLORESTAS PARA CONSERVÁ-LAS

**REPORTAGEM** CLÁUDIA GONÇALVES **FOTOS** NEIL PALMER/CIAT



## **APESAR DO APARENTE CONTRASSENSO,**

a ideia segue a lógica de ocupar para defender as áreas verdes e gerar riqueza a partir da floresta em pé. É a economia verde na mais ampla acepção da palavra, em que atividades como o manejo sustentável da madeira, a extração de frutos, folhas e sementes ou o ecoturismo, se bem planejadas, minimizam impactos e ampliam a rede de proteção das florestas, gerando renda e inclusão social. “A floresta só vai manter-se se for explorada economicamente”, diz o engenheiro florestal Mauro Armelin, coordenador do Programa da Amazônia do WWF Brasil.

# ECONOMIA VERDE

“O ponto central é que floresta tem valor econômico e ele tem que ser capturado e transformado em realidade. A Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006, já reconhece que uma das melhores alternativas para a preservação das florestas é a sua viabilidade econômica”, faz coro o biólogo Roberto Waak, presidente da Amata, empresa que realiza manejo florestal sustentável, e membro do conselho internacional do FSC (Forest Stewardship Council, organização não governamental internacional que visa difundir e facilitar o manejo das florestas).

## NEGÓCIOS DIFÍCEIS

Provavelmente uma das atividades com maior vocação para conservar as florestas em pé e lucrar com seu valor é o manejo sustentável. Estima-se que a Amazônia disponha de 40 milhões de hectares para manejo florestal, cerca de 10% de toda a floresta.

Entretanto, o cenário hoje é limitado por questões burocráticas e falta de fiscalização, segundo quem investe nessa prática. “Continuo acreditando nas florestas e no manejo, mas hoje o Brasil passa por um momento de indefinição em relação às florestas. Quem faz manejo sustentável é julgado da mesma maneira que um ilegal. Mas o custo dele é a metade do meu”, diz Fabio de Albuquerque, diretor e proprietário da Ecolog, que possui uma área de 22,5 mil hec-

tares em Rondônia e produz madeira certificada pelo FSC. Segundo Albuquerque, por conta da burocracia e de problemas técnicos, a serraria da Ecolog foi fechada e hoje a empresa vende apenas madeira em pé (toras). O faturamento da empresa diminuiu, pois a tora tem um valor agregado menor, mas Albuquerque não perde a esperança no futuro.

“Não é fácil fazer manejo. É necessária a mudança de paradigma, de tecnologia e da relação com o mercado. Para você conseguir ter lucro com o manejo é necessário ter uma grande escala”, explica Waak, cuja empresa deve faturar entre US\$ 5 milhões e US\$ 7 milhões este ano. Por grande escala entendam-se áreas de pelo menos 100 mil hectares. “A atividade não pode ser apenas a venda de madeira bruta. Você precisa andar na cadeia de valor. Só o manejo não garante rentabilidade se não estiver associado com serrarias mais modernas e eficientes, o que significa investimentos pesados na área industrial.” De acordo com Waak, o mercado de madeira sólida no Brasil gira em torno de US\$ 10 bilhões ao ano – desse total, entre 2% e 3% correspondem ao mercado de produtos certificados.

## PROBLEMA FUNDIÁRIO

Um dos principais entraves para a exploração sustentável das florestas no Brasil é a questão fundiária. “Ninguém sabe quem é o dono das terras com certeza.



O manejo florestal é alternativa para gerar valor e preservar os recursos florestais. Estima-se que pelo menos 10% da área da Amazônia poderia ser dedicada à prática

Divulgação Amata

Existe uma sobreposição de títulos, que dá uma insegurança para o sistema. Como quem ocupa as terras não tem segurança para fazer os investimentos que o manejo florestal exige, como abrir estradas, investir em maquinário e em inventário florestal, ele acaba não fazendo e pode optar por desmatar. É muito difícil conseguir a licença”, diz Mauro Armelin, do WWF.

Outro entrave refere-se ao marco regulatório, que, por conta da burocracia, torna lento e de alto custo o processo de obtenção da licença para o manejo. Para Armelin, as intervenções do governo brasileiro para alterar esse cenário ainda são muito tímidas. “As linhas de crédito são ainda bastante escassas e de difícil acesso. Os incentivos para fazer manejo florestal, na Amazônia, principalmente, estão muito aquém dos incentivos que o governo já dá para a produção pecuária, por exemplo.”

A fiscalização é outro ponto que precisa de atenção. “O que tem que funcionar também são as medidas de controle e monitoramento das atividades ilegais, que já melhoraram muito”, analisa Waak.

## LUCRO COM A FLORESTA

A Natura é uma das poucas empresas brasileiras de grande porte a utilizar o potencial econômico das florestas para gerar negócios e renda aos produtores locais.

Desde 2000, a empresa adota como prática a compra de matérias-primas da biodiversidade de comunidades distribuídas pelas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil – e também no Equador. No ano passado, a empresa se relacionou com 25 comunidades, en-

# AS FLORESTAS NO MUNDO

Cobrem 31% da superfície terrestre;

Abrigam mais de 300 milhões de pessoas no mundo todo e 80% da biodiversidade terrestre;

O Brasil abriga a maior floresta tropical do planeta e 65% das nossas emissões de carbono estão relacionadas ao desmatamento da Amazônia;

O comércio de madeira e outros produtos florestais é estimado em US\$ 330 bilhões por ano;

Metade das florestas já desapareceu. 130 mil quilômetros quadrados de área verde desaparecem todos os anos no mundo. O equivalente a 35 campos do futebol por minuto;

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)

volvendo mais de 2 mil famílias como fornecedoras de insumos, e repassou R\$ 8,7 milhões para essas comunidades. Do total, R\$ 4,3 milhões foram pagamentos pelo fornecimento de insumos e o restante se refere a con-

**“O PONTO CENTRAL É QUE FLORESTA TEM VALOR ECONÔMICO E ELE TEM QUE SER CAPTURADO E TRANSFORMADO EM REALIDADE. A LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS, DE 2006, JÁ RECONHECE QUE UMA DAS MELHORES ALTERNATIVAS PARA A PRESERVAÇÃO É A SUA VIABILIDADE ECONÔMICA”**

**Roberto Waak, conselheiro do FSC**

# BRASIL VERDE

**Área florestal total:**  
516 milhões de hectares;

**Proporção da área florestal em relação à área total do país:**  
60,7%

**Unidades de conservação federais:**  
74 milhões de hectares

**Terras indígenas:**  
106 milhões de hectares

**Total de carbono armazenado nas florestas:**  
62,6 milhões de toneladas

**Empregos formais no setor florestal:**  
615,9 mil

**Florestas certificadas:**  
7,6 milhões de hectares

**Principais produtos madeireiros:**

- Madeira serrada
- Produção de celulose
- Produção de papel

**Principais produtos não madeireiros:**

- Erva-mate
- Açaí
- Amêndoa de babaçu
- Piaçava

**Exportações:**  
US\$ 7,2 bilhões

**Importações:**  
US\$ 1,6 bilhão

**Principais importadores:**  
Estados Unidos, China e Holanda

*Fonte: Serviço Florestal Brasileiro*

tratos por repartição de benefícios, acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado a esses insumos, uso de imagem e investimentos diretos no desenvolvimento local sustentável.

Entre os insumos utilizados na fabricação de seus produtos estão espécies com as quais os consumidores estão bem familiarizados – como o cacau, a pitanga, o açaí, o maracujá e a castanha – e matérias-primas totalmente desconhecidas – como o murumuru, a pri-prioca e o palo santo.

Para o gerente de relacionamento com comunidades da Natura, Sérgio Talocchi, esse trabalho “é uma das estratégias de conservação que o mundo tem que ter. Mas ela tem que ser seguida de políticas públicas, um bom sistema de unidades de preservação, regras de mercado e legislações que regulam isso tudo”. E para entrar nesse nicho de negócios não basta querer. “Exige muito investimento, não só de dinheiro, mas também de vontade e de energia, pois as cadeias de fornecimento são complexas e precisam ser desenvolvidas, ter infraestrutura, capacitação e adaptações, tanto das comunidades quanto das empresas.”

Talocchi espera que, dentro de 20 ou 30 anos, mais empresas iniciem pesquisas com outras plantas e que isso possa, de fato, transformar o mercado do ponto de vista econômico. “Esse pode vir a ser um setor econômico para o Brasil: a produção e o beneficiamento de espécies da biodiversidade brasileira provenientes da floresta ou mesmo domesticadas, plantadas, como o cupuaçu e o açaí, que podem ser plantados em áreas degradadas. São novas opções de produção que não são feijão, milho e arroz.”

## PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Além do uso econômico de áreas florestais para a produção madeireira e não madeireira – como sementes, borracha e até o turismo –, outra solução para preservar as árvores em pé e gerar renda é a remuneração pela prestação de serviços ambientais.

O serviço prestado pelas florestas já é hoje possível de ser calculado. Um dos relatórios produzidos pelo estudo *The Economics of Ecosystem and Biodiversity* (Teeb ou Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade) estima que a floresta amazônica, por exemplo, preste um serviço à agricultura avaliado entre US\$ 1 bilhão e US\$ 3 bilhões em virtude da sua capacidade de regular o ciclo das

## **"AS CADEIAS DE FORNECIMENTO SÃO COMPLEXAS E PRECISAM SER DESENVOLVIDAS, TER INFRAESTRUTURA, CAPACITAÇÃO E ADAPTAÇÕES, TANTO DAS COMUNIDADES QUANTO DAS EMPRESAS" Sérgio Talocchi, da Natura**

águas na América do Sul. Produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e lançado em 2010, o Teeb é uma iniciativa pioneira, patrocinada por diversos países europeus, que pretende atribuir um valor monetário aos serviços da natureza e mostrar que a utilização econômica da biodiversidade pode ser o caminho para conservá-la.

Já o estudo *Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional*, também coordenado pelo Pnuma, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ins-

**O estoque de carbono das unidades de conservação do Brasil e as emissões de GEE evitadas somam entre R\$ 2,9 bilhões e R\$ 5,8 bilhões**



tituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com apoio da Embaixada Britânica e da Cooperação Técnica Alemã (GIZ), avaliou os valores monetários do potencial das unidades de conservação para a economia e a sociedade brasileiras. O documento avaliou as contribuições de cinco bens e serviços prestados pelas unidades – produtos florestais, uso público, carbono, água e repartição de receitas – e indica que eles, juntos, geram contribuições econômicas que superam o valor investido pelo país na manutenção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Segundo o indiano Pavan Sukhdev, economista sênior do Deutsche Bank e coordenador do projeto, a perda causada pela destruição do meio ambiente como um todo custa entre US\$ 2,5 trilhões e US\$ 4,5 trilhões ao ano – e, se continuarmos no atual ritmo de destruição ambiental, em 2050 o prejuízo será equivalente a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

A organização internacional The Nature Conservancy (TNC) realiza de forma pioneira o projeto Conservador das Águas, em que oferece apoio técnico e financeiro a pequenos produtores rurais para ações de recuperação de áreas degradadas na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que abastecem 9 milhões de pessoas em São Paulo. O projeto já foi ampliado para áreas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina, em parceria com a Agência Nacional das Águas (ANA).

A conclusão óbvia é: investir na conservação representa um retorno econômico garantido. Para se ter uma ideia, apenas a quantidade de carbono estocada e as emissões de gases de efeito estufa evitadas pelas unidades de conservação do Brasil somam entre R\$ 2,9 bilhões e R\$ 5,8 bilhões por ano.

**[BS]**

# ENTREVISTA

PERCIVAL CAROPRESO

Coordenador do grupo que elaborou as normas éticas, Caropreso fala das diretrizes e dos desafios para elevar o patamar da propaganda sobre sustentabilidade

Divulgação



# CERCO AO GREENWASHING

O CONAR DEFINIU NORMAS ÉTICAS PARA NORTEAR ANUNCIANTES E PROFISSIONAIS DA PROPAGANDA SOBRE DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS COM DIFERENCIAIS SOCIOAMBIENTAIS

ENTREVISTA MICHELE SILVA

**A PARTIR** de 1º de agosto entram em vigor novas diretrizes do Código de Autorregulamentação Publicitária, que buscam enquadrar os anúncios publicitários que trazem apelos de sustentabilidade. Elaboradas por um grupo multissetorial ao longo de um ano, as novas normas têm por objetivo reduzir a generalidade como o tema é usualmente tratado, destacando como atributos fundamentais a exatidão e a veracidade das informações divulgadas a respeito de um produto ou serviço. Também trazem para o contexto do marketing a preocupação com o ciclo de vida do produto ao considerar que os benefícios destacados nas mensagens publicitárias devem ser significativos desde a produção e comercialização até o uso e descarte.

O trabalho foi realizado pelo Conar (Conselho de Autorregulamentação Publicitária), sob a coordenação de Percival Caropreso. Com 40 anos de experiência em marketing, o publicitário também tem atuação destacada em responsabilidade socioambiental para empresas, ONGs, institutos e fundações. Ele participou da criação da campanha de divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da ONU, em 2003.

**BRASIL SUSTENTÁVEL** Como foi o processo de definição das normas sobre sustentabilidade?

**PERCIVAL CAROPRESO** O Conar revê constantemente seu Código de Ética Central, existente

desde 1978, e reformula e atualiza capítulos ou publica anexos para atender à própria evolução da sociedade. Isso aconteceu, por exemplo, com as normas para propaganda para crianças e sobre bebidas alcoólicas. No ano passado começamos a construir um anexo específico para a propaganda que trouxesse algum apelo de responsabilidade socioambiental ou de sustentabilidade.

Nesse trabalho, que durou um ano, envolvemos diversos grupos em um diálogo multissetorial, com representantes de agências, veículos de comunicação e membros da academia, no caso, a ESPM e a PUC-SP. Analisamos legislações, autorregulamentações e documentos internacionais, além de documentos já existentes no Brasil, como o Guia de Comunicação do CEBDS e outras publicações.

**BS** Essas mudanças no código podem mudar a forma como as empresas comunicam, principalmente no marketing?

**PC** Sustentabilidade é um processo. Não é um fenômeno, um fato, nem tem data para começar ou terminar. Por ser um processo, acreditamos que essas normas do anexo contribuirão para esclarecer, agregar conteúdo e acelerar o processo. Não resolverá.

Todas as questões que se discutem a respeito do tema dependem muito de educação. Uma das ferramentas que dissemina e acelera a educação é a co-

municação. Assim, se passam a existir normas que indicam práticas corretas e incorretas de se comunicar a sustentabilidade, essas normas se tornam um fermento a mais para qualificar o processo da comunicação que educa.

## **BS As agências e os profissionais de publicidade estão preparados para comunicar a sustentabilidade?**

**PC** Quando reunimos esse grupo multissetorial, tínhamos o objetivo de criar fundamentos que devem contribuir para formar uma cultura de como comunicar séria, legítima e verdadeiramente os atributos da sustentabilidade. Mas, como todo processo que se propõe a criar uma cultura de respeito a essa comunicação, é necessário tempo.

Desde o primeiro momento, não pensamos em criar normas para castrar ou restringir, e sim para auxiliar a construção da educação para a sustentabilidade na dimensão da comunicação.

## **BS Qual é o papel dos profissionais da propaganda nesse processo?**

**PC** Eu acho que é preciso a agência de publicidade ter sim uma cultura de práticas voltadas à sustentabilidade e estimular a atualização de sua equipe.

Mas temos sempre que ter em mente que a propaganda não existe para ela mesma.

Falamos em *greenwashing* e colocamos toda a culpa na comunicação. Mas, se a própria empresa não tem práticas de gestão responsável, a inconsequência começa aí. Comunicação nada mais é que o resultado de processos de gestão empresarial. A prática tem que preceder o discurso.

Discursos como “Prefira minha marca porque tenho qualidade absoluta” ou “Prefira minha marca porque respeito o consumidor” não têm mais impacto porque essas se tornaram necessidades básicas. Acredito que o mesmo acontecerá com relação à sustentabilidade. Ela se tornará uma obrigação. A cada nova geração, os consumidores são mais informados, articulados em rede, têm níveis de exigência muito mais altos e atitudes crescentemente mais críticas. Vai chegar o momento em que a empresa não poderá ter discurso sustentável sem que sua prática sustente esse discurso.

## **BS Qual sua avaliação sobre peças e anúncios publicitários relacionados à sustentabilidade?**

**PC** Eu prefiro acreditar que boa parte dos apelos equivocados de sustentabilidade hoje em voga é fruto do desconhecimento e da superficialidade com que o

## COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE

O artigo 36 do Código de Autorregulamentação Publicitária e o Anexo U indicam as novas normas éticas para a propaganda. Veja os principais tópicos:

**Veracidade:** as informações ambientais devem ser passíveis de comprovação;

**Exatidão:** devem ser exatas e precisas, não cabendo informações genéricas e vagas;

**Pertinência:** as informações ambientais veiculadas devem ter relação com os processos de produção e comercialização dos produtos e serviços anunciados;

**Relevância:** o benefício ambiental salientado deverá ser significativo em termos do impacto total do produto e do serviço sobre o meio ambiente, em todo o seu ciclo de vida.

**“FALAMOS EM GREENWASHING E COLOCAMOS TODA A CULPA NA COMUNICAÇÃO. MAS, SE A PRÓPRIA EMPRESA NÃO TEM PRÁTICAS DE GESTÃO RESPONSÁVEL, A INCONSEQUÊNCIA COMEÇA AÍ. COMUNICAÇÃO NADA MAIS É QUE O RESULTADO DE PROCESSOS DE GESTÃO EMPRESARIAL. A PRÁTICA TEM QUE PRECEDER O DISCURSO”.** Percival Caropreso

tema é tratado e não de má-fé. As normas do Conar são mais uma ferramenta de sensibilização e conscientização para o tema. Daí é tão importante esse anexo, que é um chamado à reflexão.

**BS O Código traz conceitos importantes, como a preocupação com o ciclo de vida do produto.**

**PC** E nunca ninguém disse isso para nenhum profissional de marketing, anunciante ou de agência de propaganda! O conjunto de atributos de gestão sustentável constrói a sustentabilidade da empresa, e não ações e políticas isoladas. Pela falta de uma cultura de sustentabilidade, profissionais às vezes creem que qualquer medida é política sólida. O documento do Conar vem ajudar nesse sentido.

**BS O Conar recebe muitas manifestações a respeito de questões socioambientais?**

**PC** Não. Mas essas normas do anexo vão definir traços de limite até para definir o que é sustentabilidade. Creio que haverá mais queixas, tanto de concorrentes como de organizações do terceiro setor e de consumidores. Deve aumentar o nível de fiscalização sobre essas comunicações.

Qualquer um pode fazer uma comunicação ao Conar e toda a denúncia encaminhada é analisada. O veredito pode ir do arquivamento do processo até a alteração ou suspensão do comercial ou anúncio.

Para casos mais graves, o anunciante e a empresa recebem uma advertência.

**BS As novas normas não incluem diretrizes sobre consumo consciente? Por quê?**

**PC** É papel da comunicação, ao vender, contribuir para a formação de uma cultura de consumo consciente, responsável. Mas, vamos lembrar, a comunicação publicitária é uma ferramenta de negócios de uma empresa que possui sua gestão. O código não pretende ensinar como se faz gestão das empresas com relação ao consumo.

Quando o código diz que o ciclo de vida do produto é relevante, já está olhando de forma atenta à questão do uso e do descarte, ensinando as pessoas a entenderem que o produto não chega à prateleira por acaso.

[BS]

**SAIBA MAIS  
CONAR**

Criado no fim da década de 1970, o Conar é uma entidade sem fins lucrativos que representa a indústria da comunicação comercial, especificamente da propaganda. Sua função é preservar a liberdade de expressão e autorregular o mercado para evitar práticas abusivas na propaganda.

# LIDERANÇA

«REPORTAGEM DENISE RIBEIRO»

EXEMPLOS INSPIRADORES PARA MUDAR O MUNDO

## MARIA HELENA LAZZARINI

**QUEM?** Fundadora do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) e conselheira da Consumers International.

**O QUÊ?** É pioneira no desenvolvimento das relações de consumo, área em que atua há mais de 30 anos.

**POR QUÊ?** Acredita que o consumo sustentável é um dos maiores desafios que o país enfrenta.

Murillo Constantino



**QUEM CONHECE** Maria Helena Lazzarini sabe que ela não brinca em serviço. Seu jeito meigo e pausado de falar não esconde a assertividade com que se posiciona nem a disposição para enfrentar as mais duras batalhas com empresas, políticos, ministérios ou órgãos públicos. Há mais de 30 anos, essa engenheira agrônoma, que em 1976 ajudou a fundar o Procon de São Paulo – o primeiro do Brasil –, dedica-se a aperfeiçoar as relações de consumo. Tomando sempre as dores do lado mais frágil: o consumidor.

Seu maior atestado de conduta é o sucesso do Instituto de Defesa do Consumidor, o Idec, que ela fundou em 1987 como resposta a limitações do Procon. “Como é um órgão ligado ao governo do Estado, não conseguíamos resolver certas reclamações contra serviços que na época eram públicos, como o de telefonia, por exemplo”, conta.

Hoje reconhecido por sua independência e credibilidade, o Idec tem uma trajetória que se confunde com a de sua fundadora. “O Idec foi gestado para tratar questões de âmbito coletivo e até hoje a atuação política é seu ponto forte. Foi uma loucura estruturá-lo num país que vinha de um período de autoritarismo, quando era evidente a necessidade de criar organizações dessa natureza, mas também patente a dificuldade que isso representava”, argumenta Lazzarini, hoje membro do conselho diretor.

### DE ANTIBIÓTICOS A PRESERVATIVOS

Tendo o consumo sustentável – na mais ampla acepção da palavra – como parâmetro, a instituição instaurou um jeito novo de influir em políticas públicas. Antibió-

## **“MESMO O CIDADÃO MAIS BEM INTENCIONADO SAI DE UM SUPERMERCADO, POR EXEMPLO, SEM CONSEGUIR FAZER TUDO CERTO. TEMOS DE NOS MOVIMENTAR, USAR ASSOCIAÇÕES DE CONSUMIDORES PARA PRESSIONAR O GOVERNO A CRIAR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBRIGUEM OS PRODUTOS A LEVAREM, NOS RÓTULOS, INFORMAÇÕES ADEQUADAS E VERDADEIRAS”** Maria Helena Lazzarini

ticos de formulação perigosa? Lá estava o Idec em Brasília, marcando presença em conselhos que tratavam do assunto. Preservativos masculinos de qualidade duvidosa? O Idec contratava o Inmetro para fazer testes de resistência, colocando na berlinda maus fabricantes.

“Fomos expulsos de alguns comitês, como o do Ministério da Saúde que analisava a proibição de vários antibióticos associados a outras drogas, porque divulgamos o estudo que comprovava o perigo dessas fórmulas. Exigimos a retirada de 100 medicamentos de circulação – o que acabou acontecendo”, recorda Lazzarini, que também é conselheira da Consumers International (CI), entidade com 220 organizações de defesa dos consumidores de 115 países e da qual foi presidente por quatro anos.

Dois outros casos emblemáticos encampados pelo Idec nos anos 90 ainda rendem frutos: o das pílulas de “farinha” da Schering e o do confisco da poupança pelo governo Collor. “Até hoje, as mulheres que engravidaram por falha dos anticoncepcionais – o Idec ajuizou ações para grupos de consumidoras pobres – recebem indenização. As ações contra o governo federal – exigindo o reembolso de valores sobre a poupança confiscada e de outras taxas compulsórias – já restituíram R\$ 2 milhões aos associados do Idec.”

### **CONSTRUINDO SOLUÇÕES**

O Idec também participa da construção de soluções, como as que resultam no aperfeiçoamento de normas regulatórias e de políticas públicas, especialmente nas áreas de alimentação, saúde e serviços públicos essenciais. Atualmente, participa de projeto apoiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para aprimorar a participação dos órgãos de consumidores em agências reguladoras, como Anatel (Agência Nacio-

nal de Telecomunicações) e Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Mas o maior desafio que o país enfrenta, na opinião da especialista, é o consumo sustentável, cujo conceito o Idec dissemina desde 2000, quando lançou um guia sobre o tema, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. “Em 2002 fizemos um manual para professores; em 2005 uma segunda versão, que o Ministério da Educação aplicou em 4 mil municípios. Este ano, ele será atualizado para incluir a questão das mudanças climáticas”, diz ela.

Ciente das responsabilidades do consumidor nessa empreitada, Maria Helena Lazzarini alerta para as dificuldades em agir de maneira consciente. “Mesmo o cidadão mais bem intencionado sai de um supermercado, por exemplo, sem conseguir fazer tudo certo. Temos de nos movimentar, usar associações de consumidores para pressionar o governo a criar políticas públicas que obriguem os produtos a levarem, nos rótulos, informações adequadas e verdadeiras”, argumenta.

Maria Helena acaba de voltar de duas reuniões na Europa (uma na França e outra na Espanha) sobre segurança alimentar com a OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico) e com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

Quando não está dando palestras, viajando ou assessorando o Idec, ela ainda acompanha, ao lado de um grupo de juristas, as reuniões de reforma do Código de Defesa do Consumidor – que completou 20 anos em abril e deve se modernizar, incluindo novas demandas, como as nascidas com o advento do comércio eletrônico.

Haja fôlego e vida longa para que essa desbravadora dos horizontes do consumo possa vibrar com vitórias mais definitivas no cumprimento da legislação que ela também ajudou a criar.

[BS]

REPORTAGEM

# ISO 26000

Gerardo Garcia / REUTERS

Liderança: os brasileiros Jorge Cajazeira, presidente do Grupo de Trabalho, e Eduardo São Thiago, cossetário (primeiro e terceiro, da esq. para a dir.).

Ao lado deles, a secretária Kristina Sandberg e o vice-presidente, Staffan Söderberg, ambos suecos, e Sophie Clivio, gerente técnica de Programas da ISO



# DA TEORIA À PRÁTICA

**NORMA ISO 26000 REÚNE AS LIÇÕES APRENDIDAS GLOBALMENTE PARA APOIAR AS ORGANIZAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ENTRETANTO, AUTORES DIVERGEM SOBRE MODELO DE DISSEMINAÇÃO DA NOVA NORMATIZAÇÃO**

**REPORTAGEM** RITA NARDY E CRISTIANA ARRAS, COM COLABORAÇÃO DE CONRADO LOYOLA

**APÓS UM PROCESSO** de seis anos de preparação foi publicada em dezembro a norma ISO 26000, que reúne um conjunto amplo de diretrizes sobre responsabilidade social e sua aplicação cotidiana. O documento, de cerca de 120 páginas, procura apoiar a assimilação e a incorporação de boas práticas por organizações de todos os tamanhos, validadas por um grupo de trabalho internacional, em um amplo processo de consulta.

.....

A norma, que não é uma certificação, divide-se em sete seções, que abrangem conceituações, discutem tendências e recomendam iniciativas de referência. Dois anexos contendo sugestões de bibliografia e exemplos de iniciativas voluntárias complementam o material.

A necessidade de criar uma norma sobre responsabilidade social foi identificada em 2002 pelo Comitê de Políticas do Consumidor da International Organization for Standardization (ISO\*). A partir disso, foram realizados estudos sobre as iniciativas e os problemas globais a respeito do tema cujos resultados foram apresentados em uma conferência, em 2004. No ano seguinte, foi constituído o grupo de trabalho, formado por especialistas e organizações de atuação reconhecida, como a Organização Mundial do Trabalho, o Pacto Global, das Nações Unidas, e o Instituto Ethos.

Ainda durante a avaliação a respeito da necessidade de criação da norma, ficou claro para o grupo de estudos que muito mais importante do que criar um padrão para identificar quem tem uma efetiva gestão responsável, seria estabelecer diretrizes amplas que permitissem criar uma base sólida para a evolução das organizações. “A proposta da ISO não era criar uma certificação, mas sim promover a responsabilidade social, a sustentabilidade e o comportamento ético em todos os tipos de organizações”, conta Sophie Clivio, gerente do Grupo Técnico (GT) da ISO para responsabilidade social.

“O assunto responsabilidade social não combina com a obrigação de ter que provar uma atuação socialmente responsável. Isso é uma questão de conscientização”, explica Eduardo Campos de São Thiago, gerente de Relações Internacionais da Associação Brasilei-

ra de Normas Técnicas (ABNT), instituição responsável pela coordenação do processo no Brasil.

Para Gustavo Ferroni, representante do Instituto Ethos no GT, chegar a um consenso sobre uma certificação significaria, ainda, simplificar demais a ISO 26000. “A abrangência e a estrutura da norma dificultam o estabelecimento de critérios de checagem, inviabilizando a certificação”, diz Ferroni.

Georg Kell, diretor executivo do Pacto Global, das Nações Unidas, também defende a visão integradora da incorporação da responsabilidade social aos negócios para além do valor dos selos. “Devido ao alcance operacional da ISO como organização, a ISO 26000 pode ajudar a integrar princípios universais nos negócios – particularmente em países em desenvolvimento –, o que é um passo crítico para ampliar o alcance da agenda de responsabilidade social”, avalia Kell.

## **VOZES REUNIDAS**

Além do próprio conteúdo, a nova norma chama atenção pelo modo como foi construída. O seu processo de desenvolvimento levou seis anos, três a mais do que havia sido previsto, e contou com a participação de 450 especialistas de diferentes áreas, provenientes de 99 países, além de 42 organizações internacionais. Apesar da dificuldade e do atraso no processo, não houve esvaziamento no grupo de trabalho. “Co-

# **PELA PRIMEIRA VEZ, UM BRASILEIRO ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DE UM GRUPO DA ISO**



Discussões envolveram cerca de 450 especialistas de 99 países

## A IDEIA ORIGINAL DE CRIAR PADRÃO PARA IDENTIFICAR QUEM TEM GESTÃO RESPONSÁVEL FOI SUBSTITUÍDA PELO ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES MAIS AMPLAS, QUE PERMITAM CRIAR UMA BASE SÓLIDA PARA A EVOLUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

meçamos com 225 participantes de 43 países e terminamos com praticamente o dobro. Isso dá muita legitimidade para o processo e para a ISO 26000”, aponta Aron Belinky, secretário executivo do Grupo de Articulação de ONGs e representante do terceiro setor na delegação brasileira no GT.

Para se ter uma ideia da complexidade do grupo que elaborou a ISO 26000, a revisão de outra importante norma, a ISO 9000, em 2000, contou com a participa-

ção de cerca de 80 especialistas e 17 organizações apoiadoras internacionais.

O grupo foi formado com a preocupação de manter um equilíbrio de gêneros e entre países em diferentes estágios de desenvolvimento. “Houve a formação de subgrupos, responsáveis por viabilizar a participação de stakeholders\*\* com menos recursos financeiros. E, pela primeira vez na história da ISO, a participação de países em desenvolvimento e de especialistas desses países superou a de países desenvolvidos”, complementa São Thiago.

### O DESAFIO DO DIÁLOGO

Porém, se por um lado a diversidade garantiu maior representatividade, por outro, trouxe os problemas esperados para a construção de um consenso. Segundo Ferroni, além do idioma, já que o grupo era integrado por pessoas de vários países, a maior dificuldade foi transpor as barreiras culturais. “Quando tratamos de certos temas, como a democracia, foi fácil chegar a um consenso. Já outros, como a discriminação por orientação sexual, por exemplo, demandaram intensa discussão.”

O Brasil teve importante papel na elaboração da norma e, ao lado da Suécia, liderou o comitê mun-

dial. E, pela primeira vez, um brasileiro assumiu a presidência de um grupo da ISO, Jorge Emanuel Cajazeira, especialista em inovação e sustentabilidade e gerente executivo de Competitividade e Estratégia Operacional da Suzano Papel e Celulose.

“Os participantes trabalharam em conjunto por um objetivo que não seria alcançado individualmente. Quaisquer desvantagens que se possa ter imaginado com relação à dimensão desse grupo foram superadas e chegamos a um resultado fantástico”, relembra Sophie.

## MODELO DE NEGÓCIO CONTROVERSO

Apesar do sucesso do processo, a forma de disseminação da norma causa polêmica. Mesmo tendo sido elaborada em um modelo participativo, a sua versão final será comercializada pela ISO – assim como outros documentos produzidos pela organização. “Muitos participantes do GT acreditavam que o documento final deveria ser disponibilizado gratuitamente na internet. Mas não conseguimos aprovar a ideia” conta Belinky.

Para São Thiago, da ABNT, a proposta inviabiliza o próprio trabalho de elaboração das normas. “A principal fonte de renda de um organismo de normatização é a comercialização. A elaboração desses documentos pressupõe a participação de todos os países membros, e cada um tem suas despesas nesse processo. Não há um motivo para esta em especial ser gratuita”, afirma.

Ferroni contesta a visão da ABNT. “Essa decisão é, em meu ponto de vista, um erro. Além disso, no Brasil, o Ministério Público (MP) exige que determinadas normas consideradas de interesse público sejam gratuitas, como é o caso das regras de acessibilidade para deficientes físicos.” Ele lembra que a norma da ABNT sobre responsabilidade social, a NBR 16001, também se tornou gratuita após decisão do MP. “O futuro ainda nos dirá se esse foi o melhor caminho”, avalia Sophie.

Entretanto, à pedido do GT, os documentos elaborados durante o processo, inclusive a versão FDIS (Final Draft International Standard), minuta utilizada para a aprovação do texto final, estão disponíveis ao público e já circulam pela internet. **[BS]**

## EVOLUÇÃO DE CONCEITOS

Para elaborar o conteúdo, o GT identificou nos diferentes acordos e padrões internacionais já aprovados, modelos e definições que poderiam ser utilizados para estruturar a gestão das mais diferentes organizações.

Um dos pontos fortemente tratados é a participação efetiva das partes interessadas nos momentos estratégicos. “É preciso ter certeza que todos aqueles que precisam dialogar com uma organização serão ouvidos e considerados no momento de tomada de decisão”, explica Belinky. Outro tema amplamente discutido é a consideração da esfera de influência – que trata da responsabilidade de uma organização por sua cadeia de valor. A ideia é incluir nas preocupações de uma organização não apenas quem tem uma relação econômica direta, mas todos aqueles que ela influencia também indiretamente. “Ter responsabilidade social é não olhar só para o seu próprio umbigo, mas para o que acontece fora dos muros da empresa”, opina Belinky.

A relação entre filantropia, investimento social e responsabilidade social também foi um debate central. “O investimento social feito com critério é bastante positivo, mas não substitui a responsabilidade social. Esta é essencialmente uma forma de gestão”, complementa Belinky.

## SAIBA MAIS

\*A ISO é uma ONG, criada em 1946, no ambiente de pós-guerra, como uma associação que reúne organizações de normalização do mundo todo. Já produziu mais de 16 mil normas internacionais e ficou conhecida pela elaboração de normas de gestão da qualidade.

\*\* *Stakeholder*, ou parte interessada, como define a ISO 26000, é todo indivíduo ou grupo que tem interesse em quaisquer decisões ou atividades de uma organização.

# TESOURO GUARDADO

**R\$ 1,1 BILHÃO: ESSA É A QUANTIA DE RECURSOS ESTOCADOS NO BANCO CENTRAL QUE DEVERIAM ESTAR FINANCIANDO PEQUENOS NEGÓCIOS E GERANDO RIQUEZA. DIVERGÊNCIAS ENTRE BANCOS E GOVERNO A RESPEITO DAS REGRAS LIMITAM O CRESCIMENTO DAS LINHAS DE MICROCRÉDITO**

**REPORTAGEM WILSON BISPO, COM COLABORAÇÃO DE FERNANDO BORTOLIN**

**O MICROCRÉDITO** produtivo orientado será uma das linhas de ação para a erradicação da pobreza extrema do país. A promessa foi feita em junho pela presidente Dilma Rousseff, durante o lançamento do plano Brasil Sem Miséria, destinado a melhorar a vida de 16,2 milhões de pessoas que tem renda mensal de até R\$70.

Como estratégia de fomento, Dilma Rousseff tem recorrido à ajuda dos bancos públicos para que reorientem suas carteiras de microcrédito em atividades produtivas que atendam esse filão de 16,2 milhões de potenciais clientes bancários. Se bem-sucedida, a iniciativa pode motivar os bancos privados a também investirem no microcrédito, já que a falta de programas deixam hoje mais de R\$ 1,1 bilhão em recursos sem destinação, parados no Banco Central.

Criado em 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) prevê que 2% dos depósitos à vista dos bancos sejam destinados exclusivamente a essa modalidade de crédito. Se não são usados, ficam “congelados”, sem possibilidade de uso pela autoridade monetária.

## TRAVAS DE MERCADO

Uma das dificuldades apontadas pelas instituições financeiras é a metodologia necessária para realizar operações de microcrédito. Diferentemente do crédito tradicional, no microcrédito o tomador não pode oferecer garantias reais aos bancos (duplicatas ou bens móveis e imó-

veis) em caso de inadimplência. Além disso, os bancos precisam criar uma equipe de agentes de crédito, o que representa uma estrutura intensiva de mão de obra – e custos adicionais – para oferecer e avaliar o crédito para o microempresendedor.

“Isso vai na contramão da tendência dos bancos, que é a automatização”, avalia o consultor em microcrédito Roberto Vilela de Moura, que em 2009 visitou 10 países com diferentes experiências em microcrédito para a realização de um documentário, que será lançado em 2012. “Apesar das diferenças, não descobri nenhuma fórmula mágica. Em todos os lugares onde o microcrédito está dando certo, há um exército de agentes de crédito”, completa.

Para Lauro Gonzalez, coordenador do Centro de Estudos de Microfinanças da Fundação Getulio Vargas (CEME/FGV), apesar do potencial do microcrédito na geração de resultados para a carteira de crédito, os bancos preferem atuar em outros nichos de microfinanças com mais segurança e que trazem resultados mais positivos, como o crédito imobiliário. “Para dar certo, o microcrédito precisa de inovação, novas metodologias e tecnologias, como o uso do celular, o uso do modelo de correspondentes bancários, como lotéricas e banco postal”, pondera.

Ademiro Vian, diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), avalia que, da maneira como foi desenhada a política de microcrédito,

# 1 ANO

é o tempo estimado para que um empreendedor de baixa renda saia da pobreza após a tomada de um empréstimo. A probabilidade é de 60%.

Fonte: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS/FGV)

## SEGUNDO O SEBRAE, ATÉ 2016, CERCA DE 4,6 MILHÕES DE MICROEMPRESAS SURTIRÃO NO BRASIL

os bancos continuarão sem interesse. A Febraban alega que as regras para fazer microcrédito no país foram feitas sem estudos e fora da realidade dos bancos brasileiros, que operam num sistema financeiro mais sofisticado do que em países onde o microcrédito deu certo. “Enviamos propostas de mudanças ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central para que se tenha um microcrédito com a cara do Brasil. Para ser possível a operação bancária dessa carteira, deve-se desvincular o microcrédito da conta-corrente, mudar essa questão de classificá-lo pelo valor da operação, e tem de classificar o tomador, pois é muito difícil a cobrança”, resalta. Vian se refere à criação do Cadastro Positivo de Crédito, que traria maior segurança aos bancos na avaliação de riscos na concessão do microcrédito.

Para Francisco Wanderley, economista do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a legislação é adequada. Ele rebate as críticas da Febraban: “Essa é uma política pública de apelo inclusivo, econômico e social. Por meio do microcrédito, queremos gerar ocupação e renda também àqueles que estão abaixo da linha da pobreza”.

### EXPERIÊNCIAS POSITIVAS

Mesmo com as divergências entre os bancos e o governo sobre as regras do microcrédito, iniciativas estão crescendo e já chamam a atenção de instituições financeiras internacionais.

O mais célebre, o programa CrediAmigo do Banco do Nordeste, alavanca a boa performance, no Brasil, do microcrédito, que, segundo o CEMF/FGV, detém cerca de 70% do mercado brasileiro de microcrédito. Atuando com a metodologia tradicional de agentes de crédito e crédito

solidário, no qual o grupo é avalista do empréstimo, sua carteira passou de R\$ 1,5 bilhão em operações concretizadas em 2009 para R\$ 2,1 bilhões ao final de 2010, alta de 48%. No período, o número de clientes ativos cresceu 40%, atingindo a marca de 1,6 milhão de operações e 737 mil clientes ativos. Já a inadimplência (a partir de um dia), diminuiu de 1,16% para 0,72% no mesmo período.

Ainda que com resultados distantes das operações de crédito convencionais, a operação de microcrédito do Santander também pode ser considerada exemplo de como os bancos privados podem operar essa carteira. Atuando na mesma metodologia que o Banco do Nordeste, o Santander tem a maior operação entre os bancos privados brasileiros, tendo encerrado 2010 com a marca de R\$ 800 milhões em empréstimos realizados em oito anos de programa. A taxa de inadimplência dessa carteira reforça a fama de “bons pagadores” da população de baixa renda. O pagamento em dia ultrapassa 96% e o nível de perdas por inadimplência não chega a 0,5%.

Recentemente, o banco inovou ao fechar parceria com a Natura de uma linha de empréstimo exclusiva para o exercício de revendedoras da empresa de cosméticos. O modelo representa uma forma de levar seu negócio de microcrédito para um segmento de mercado informal com relativa segurança para o banco, potencializando a carteira com as mais de 1 milhão de revendedoras Natura.

Entre as iniciativas internacionais, uma parceria do Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor do Maranhão (Ceape-MA) e o grupo financeiro peruano ACP criou o primeiro banco especializado em microfinanças no Brasil com um capital inicial de US\$ 18 milhões, em agosto de 2010. Em fevereiro deste ano, o Santander anunciou um investimento de US\$ 6 milhões para a entrada do Grameen Trust no Brasil, empresa-irmã do pioneiro indiano Grameen Bank – a primeira instituição financeira especializada em microcrédito do mundo. Em junho, foi a vez da americana Accion Internacional, uma das maiores do mundo no segmento de microfinanças. “Isso é ótimo; a entrada de novos atores pode dar uma chacoalhada no mercado”, comemora o coordenador do Centro de Estudos de Microfinanças da Fundação Getulio Vargas, Lauro Gonzalez.

## EM ALTA

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES DO MICROCRÉDITO



Fonte: Banco Central

[BS]

## A VIDA DE UM COPO D'ÁGUA

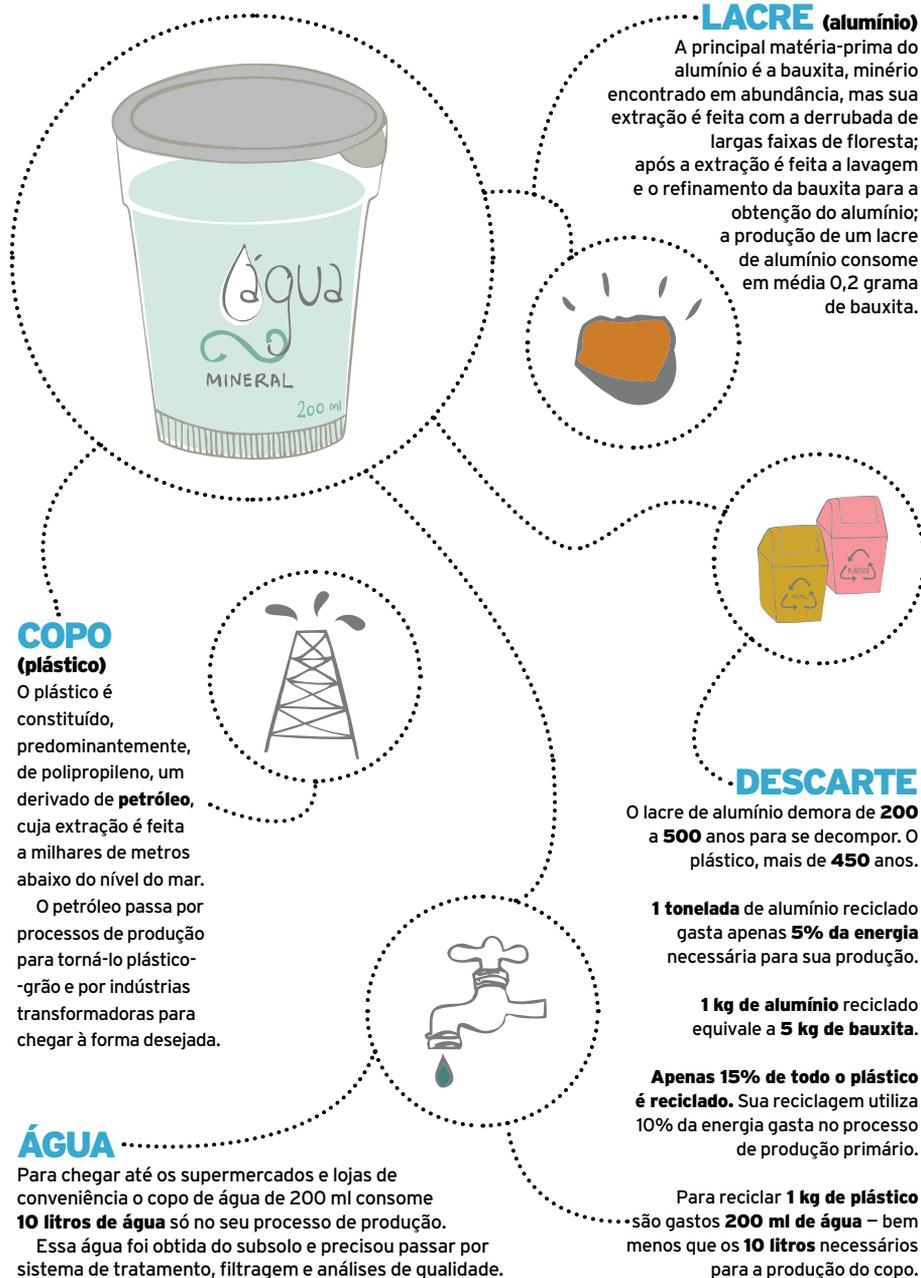
OS PRODUTOS NÃO SURGEM COMO UM PASSE DE MÁGICA NAS PRATELEIRAS. CONSUMIDORES DEVEM ESTAR ATENTOS AOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS QUE ELES REPRESENTAM PARA DECIDIR DE FORMA CONSCIENTE

### VOCÊ SABIA

que ao comprar um copinho de água, de 200 ml, você está, na verdade, consumindo mais de 10 litros de água? Essa é a estimativa de consumo de água para produzir cada unidade.

A variedade de produtos nas prateleiras dos supermercados, farmácias, padarias e lojas de roupas são apenas o resultado final de um complexo processo, que interliga ações de diversos agentes em diferentes etapas. Essa cadeia – a que chamamos de ciclo de vida de um produto – começa na natureza, onde são extraídos os elementos necessários para sua produção e se encerra com a destinação final das embalagens ou resíduos gerados com o seu consumo, que podem tanto retornar ao processo após a reciclagem ou se transformar em lixo.

O consumidor tem responsabilidade nesse cálculo ambiental e deve ter consciência dos impactos da sua produção e da importância da reciclagem. »





Roberta Fernandes,  
técnica em Meio Ambiente  
da Unidade de Brito Aço.

## PENSAR NO FUTURO FAZ BEM. PARA O PLANETA E PARA NOSSOS NEGÓCIOS.

Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável vai além do simples cumprimento das obrigações legais. Sabemos que cuidar do meio ambiente e usar os recursos naturais de forma responsável é bom para a sociedade e também para os negócios.

Em nossa operação de ferroniquel, em Goiás, por exemplo, a água é quase toda recirculada e usamos biomassa para substituir óleo combustível. Já na Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil, cultivamos mais de 75 mil mudas, de centenas de espécies nativas para que sejam reintroduzidas no ambiente.

As ações são locais, mas o reconhecimento é mundial. Fomos incluídos no FTSE4Good, principal indicador de responsabilidade social da bolsa de valores de Londres, e estamos entre as três empresas líderes no segmento de mineração do Índice de Sustentabilidade Dow Jones da bolsa de Nova York.

5 de junho. Dia Mundial do Meio Ambiente.



ACABAMOS DE PUBLICAR NOSSO  
PRIMEIRO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE:  
RESULTADO DA HISTÓRIA  
QUE ESCREVEMOS TODOS OS DIAS.



- 577 mil jovens foram beneficiados pelos nossos projetos culturais, sociais, de educação e formação profissional em 2010
- Uma das menores taxas de emissão de CO<sub>2</sub> do setor de cimento
- 60% da energia consumida é de fontes renováveis com 68% de energia elétrica autogerada
- Um dos menores consumos mundiais de água na produção de celulose

Acesse [www.votorantim.com/RI/sustentabilidade](http://www.votorantim.com/RI/sustentabilidade) e conheça essas e todas as iniciativas da Votorantim em nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade.

Acreditamos na construção conjunta, fortalecida por relações e alianças genuínas em que todos ganham. Aliança é uma de nossas crenças.



**Votorantim**

Em ação para o futuro